



26 de Fevereiro de 2024

ATA

Sessão Ordinária de Fevereiro – 16FEV2024

N.º 27/2021-2025

Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

Data: 16 de fevereiro de 2024 (sexta-feira).

Local: Salão Nobre dos Paços do Município.

Nos termos da alínea d) do artigo 26.º e dos números 1, 5, 9 e 10 do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Presenças

Mesa da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, Presidente da Assembleia Municipal; Pedro José Catarino Senos Troia, 1.º Secretário e Irene Maria Ribau Esteves Tavares, 2.ª Secretária.

Grupo Municipal do PSD: Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário, António José Flor Agostinho, André Filipe Casqueira Guimarães, Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves e Sara Marina Tomé Fernandes.

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': José Manuel Figueiredo Pinto Reis, Pedro Miguel Cristo Graça, Daniela Ribeiro Alegria, Ernesto Manuel Vidal Garrelhas, Cláudia Cristina Fernandes Reigota e Mariana Silva Lopes.

Grupo Municipal do Partido Socialista: António Pedro Oliveira Martins, Diana Catarina Anastácio Gandarinho, Domingos Manuel Ferreira Vilarinho e Mariana Alvelos Silva.

Deputados Municipais por inerência de função enquanto Presidentes de Junta de Freguesia: Luís Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação), Carlos António das Neves Rocha (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Câmara Municipal de Ílhavo: João António Filipe Campolargo, Presidente da Câmara; João Diogo da Silva Semedo, Vice-presidente; Assunção Mariana Carlos Ramos, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes, vereadores. A ausência da vereadora Maria de Fátima Fragoso Teles foi devidamente justificada.

Substituições (validadas as justificações e confirmadas posições sucedâneas nas respetivas listas)

Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer': Rui Manuel da Rocha Rufino substituiu Ana Raquel Gomes São Marcos Simões.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Miguel Ângelo Teixeira Andrade substituiu Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo.

Grupo Municipal do Chega: Armando Lopes Loureiro substituiu Sérgio Louro.

Ordem do Dia

Continuação dos trabalhos da reunião do dia 9 de fevereiro, a partir do Ponto 2 da Ordem do Dia, nos termos dos n.ºs 6 e 8, do artigo 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Ílhavo.

Ponto 2. **"Demonstração do desempenho orçamental e 1.ª revisão para integração do saldo de gerência de 2023"**. Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 3. **"4.º Relatório de execução dos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2023"**. Ato deliberativo: conhecimento.

Ponto 4. **"Minutas dos Contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2024"**. Ato deliberativo: aprovação.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo).

Às 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

Presenças / Quórum

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (04':31")

«Boa noite. Peço que tomem os vossos lugares, por favor. São 21 horas, temos que começar os trabalhos.

Muito boa noite a todas e a todos, aos nossos Deputados, ao nosso Executivo, ao nosso público e também à comunicação social e a todos que nos seguem em casa através da nossa transmissão pela página do Facebook. Portanto, dou como iniciados os trabalhos desta segunda reunião da Sessão de Fevereiro de 2024.

Vou começar por pedir a minha Segunda Secretária que faça a chamada.»

Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau: (05':50")

«Boa noite a todos.»

(leitura da lista de presenças e substituições).

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata.

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (07':31")

«Muito obrigado. Eu acabei de receber uma mensagem da Senhora Vereadora Fátima Teles a informar que dado um imprevisto não poderá estar presente nesta reunião da Assembleia Municipal e que, no momento, não poderá justificar de outra forma.»

Período da “Ordem do Dia”

Ponto 2. "Demonstração do desempenho orçamental e 1.ª revisão para integração do saldo de gerência de 2023".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (07':47")

«Vamos retomar os nossos trabalhos no ponto 2 da Ordem do Dia desta Sessão Ordinária de fevereiro. Portanto, o ponto 2 é a “demonstração do desempenho orçamental e primeira revisão para integração do saldo de gerência de 2023” e começo por dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (08':09")

«Muito boa noite, Senhor Presidente. Boa noite a todos os autarcas. Ao público e a quem lá possa estar em casa a ver a transmissão. E cumprimentar também o Executivo Municipal.

Bem, não terei muito a dizer sobre este ponto. Trata-se da inclusão de uma verba aproximadamente de 13.300.000 de euros naquilo que é o nosso orçamento, que o fará crescer, naturalmente. Onde temos aqui 7.800.000 de euros, que são o saldo gerência. Esse saldo de gerência, que se olharmos àquilo que foi o saldo de gerência do ano passado, acresce aqui mais cerca de 1.200.000 de euros e tem, como registo, uma das obras que nós queríamos ter lançado no último trimestre, que era o Fórum da Maior Idade e aquilo que era a obra de reabilitação, também, do rés-do-chão da Câmara Municipal da Ílhavo. Por impossibilidades diversas, portanto, não se conseguiu registar esses trabalhos e, portanto, registamos aqui um saldo de 7.8. Acrescemos a isto também 4.500.000 de euros derivados daquele que são já as consequências das nossas candidaturas ao PRR. E, portanto, contamos, desde já, com as verbas relacionadas com aquilo que são os Centros de Saúde, pelos autos já assinados, e aquilo que possam ser as verbas que ainda possam vir de outros projetos.

Como diz aquilo que é preconizado para que os Executivos justifiquem a inclusão deste saldo de gerência. Portanto, aquilo que nós prevemos é que estes valores sejam englobados naquilo que são as nossas despesas de capital, como já as referi. Portanto, os 60 projetos

que temos previsto dos 43 que estão candidatos a fundos comunitários, mas sem verba destinada e dos 17 que já estão candidatos, principalmente aquele que é o Quadro 2020, fora de todas as outras obras que nós temos em plano, ficam aqui englobados e colocados naquilo que estava já indefinido e que agora passa a está definido no nosso orçamento. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (10':42")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou então abrir as inscrições para esta primeira ronda de intervenções. A ordem vai ser 'Unir Para Fazer', PSD, Chega e PS. Eu pergunto do 'Unir' quem é que se inscreve? Ninguém se inscreve. Do PSD? Margarida Alves e Flor Agostinho. Do Chega? E do PS? Não há inscrições do PS? O Pedro Martins. Muito bem. Vamos então começar com a deputada Margarida Alves, por favor.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (11':56")

«Caro Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento os Secretários da Assembleia Municipal e respetivos Deputados. Caro Presidente da Câmara de Ílhavo, na sua pessoa cumprimento todos os Vereadores do Executivo. Caros membros do público, cara comunicação social, a quem nos ajuda e caros ouvintes.

Permitam-me que esta minha intervenção seja para me dirigir aos munícipes de Ílhavo, porque é a eles que, de facto, nos cabe dar os devidos esclarecimentos. Estes esclarecimentos e estas tomadas de posição, também estão na comunicação social, nomeadamente no jornal O Ilhavense, no espaço que está reservado à Assembleia Municipal, e é entendimento que a mesma deve ser transmitida, aqui, ao vivo para que todos possam tirar as devidas ilações e entenderem que o Partido Social Democrata não está aqui para ser tábua de salvação para ninguém. 7.805.716,03 euros, sim, quase 8.000.000 de euros. É mesmo o esse o valor do enorme saldo de gerência com que a Câmara Municipal de Ílhavo termina o ano de 2023. Ou seja, dinheiro recebido em IMT, em IMI, taxas, etc., e não investido. Nunca houve um Executivo Municipal que terminasse o ano com estes valores. Nunca.

No mínimo, este enorme valor demonstra a clara falta de capacidade desta equipa liderada por João Campolargo, que gere os destinos do município, em apresentar projetos e, principalmente, é o principal, em executá-los. Se formos avaliar o grau de execução daquilo que é prometido, se calhar, os números seriam bem mais baixos do que 8 milhões. Sim, porque apresentar ideias, prometer fazer, encher a comunicação social de palavras bonitas e muitas fotografias não resolve as questões dos munícipes. Com pompa e circunstância se anunciam remodelações do Centro de Saúde, nas escolas, mas para quando? A equipa liderada por João Campolargo está a deixar todos estes projetos para o fim de mandato para depois, com inaugurações e festas, ir seduzindo o eleitor, acompanhadas por alcatroamentos e afins. Pergunto, haverá capacidade de executar estes projetos até 2025? Se não, vejamos. Estava prometido e comunicado, em reunião de Câmara, que, em dezembro de 2024, teríamos a inauguração da remodelação da Escola Básica Professor Fernando Martins. E o que temos no início de 2024? Apenas e só o desenvolvimento do projeto. Acreditam mesmo, que estando no dia que estamos de fevereiro, que até 31 de dezembro, deste mesmo ano, temos a obra feita? Eu não. Este é um exemplo entre vários. Lançar concurso, adjudicar e executar em tão pouco tempo? Milagre, senhor. É um milagre. Certamente depois vamos ouvir desculpas de que não está feito por culpa dos outros, de outros, dos empreiteiros, constrangimentos dos contratos públicos ou até a oposição que não deixa de trabalhar. Estes argumentos não poderão servir de desculpa porque não são verdade.

Caros munícipes. O PSD nunca foi barreira a projetos que tragam a melhoria de vida às pessoas, nomeadamente na educação e na saúde. O PSD sempre foi dinâmico, arrojado, inovou como nunca e quando foi preciso executar e contrair dívida, sim, o fez em prol das populações. É importante investir e pagar a dívida? Sim, claro que sim. Esta é a grande diferença. Prova disso foi a redução de dívida nos últimos anos de gestão a nosso cargo. A dívida estava nos 18 milhões de euros. Neste mandato, João Campolargo reduziu a pouca dívida herdada de 3,9 milhões, no final de 2021, para 1.3 milhões no final de 2023. Ou seja, 2.6 milhões de euros, em 2 anos. Este era o valor que, na gestão do PSD, chegou a ser pago por ano em amortizações e juros. Provavelmente vão dizer que os juros eram mais baixos. Será esse... Quem disser isto não conhece porque é que nós saímos do Plano de Apoio às Autarquias Locais. Porque se lerem o contrato e aquilo que nós negociámos com a banca veem, de facto, o que nós também fizemos baixar, em termos de juros, a dívida e amortizar capital. Não, não devemos ter memória curta. Este era o valor que na gestão do PSD chegou

a ser pago por ano, eu repito. Paralelamente ao muito investimento que agora simplesmente não existe. Diria eu, obras e projetos não se veem. Portanto, o munícipe tem todo o direito de pensar por que não está ainda a dívida totalmente paga? Ou o porquê de fazer tanta publicidade perante uma redução tão pouco, pouco significativa? Este raciocínio, por parte das pessoas, é normal e legítimo.

De uma vez por todas, queremos um Executivo Municipal que apresente um rumo para o município, em vez de uma simples gestão corrente. Queremos inovação e não apenas mudar o nome das ações que nós implementámos e disponibilizámos à população do município de Ílhavo e a quem nos visita. Sabemos da satisfação com que a equipa liderada por João Campolargo tem recebido prémios e reconhecimento de projetos idealizados por nós, de terminar e inaugurar obras iniciadas ou pensadas por nós. Mas onde está a tal diferença prometida pelo UPF? Queremos projetos e obras executadas, não queremos planos de muitos milhões sem garantias de financiamento. Uma verdadeira mão cheia de nada. Já não dá para disfarçar.

No ano em que se comemora os 50 anos do 25 de Abril, onde a liberdade impera e o povo é quem mais ordena, a desilusão de quem a acolheu esta equipa, liderada por João Campolargo, é enorme. Os eleitores não elegeram o UPF para acumular saldos despropositados.

Sentimos a descrença das pessoas e pedem-nos a mudança. O PSD, como força política que habituou as pessoas a sonhar, a ambicionar mais e melhor para a nossa terra, tem a responsabilidade de apresentar uma alternativa credível, empreendedora e inovadora. Assim o faremos. Obrigada.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (19:53")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Boa noite a todos.

Antes de antes de começar o ponto, duas saudações que eu gostava de fazer aqui.

A primeira é o esforço do senhor Presidente da Câmara em estar presente, julgo que não iria estar presente hoje, mas, enfim, conseguiu fazê-lo. Portanto, é uma saudação que aqui fica, ter conseguido estar presente, enfim, para participar nesta Assembleia Municipal.

A segunda saudação, mais significativa, é ao recém-eleito Presidente da Concelhia do PSD de Ílhavo. Queremos felicitá-lo a si e à sua equipa pela eleição e desejar-lhe votos de felicidades no desempenho das suas novas funções, naquilo que essas funções não colidam com aqueles que são os interesses do PS. Quanto ao mais desejo-lhe total felicidade.

Quanto aqui ao ponto, que é o ponto do Saldo de Gerência. Efetivamente, continua a ser algo inusitado. E, por isso temos que o repetir. Inusitado, enfim. Em anos anteriores já tivemos aqui esta discussão amigável e, provavelmente, continuaremos a tê-la. Aliás, a intervenção anterior, da Margarida, foi nesse sentido. O saldo gerência, na ordem dos 8 milhões de euros, e não é mais porque houve uma amortização de dívida, o saldo de gerência, é evidente que nós sabemos que há que acautelar, enfim, há que cativar verba para obras, investimentos, despesas de capital, etc., tudo bem, mas isso faria sentido se, na verdade, houvesse, por assim dizer, obras exequíveis que efetivamente se concretizassem. E, se assim fosse, enfim, haveria alguma justificação para um saldo de gerência desta dimensão. Mas aquilo que nos é dado ver, da gestão deste Executivo, não é isso e o futuro não augura nada de bom relativamente a essa matéria.

A título de exemplo, duas grandes obras que vão ser executadas, essas sim, sem dúvida, vão ser executadas no Município de Ílhavo, refiro-me ao Centro de Saúde, à ampliação, remodelação, enfim, o investimento no Centro de Saúde de Ílhavo e no Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré, essas obras vão ser executadas, mas como todos sabemos com recurso às verbas do PRR a 100%. As verbas do PRR a 100% vão financiar as obras no Centro de Saúde de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré. Portanto, nem para essas há a necessidade de ter verba, portanto, do orçamento municipal para que elas se concretizem. Portanto, é esse primeiro reparo que nós fazemos, aqui, relativamente a este saldo de gerência que, realmente, é de um valor, tendo em conta o valor do orçamento da Câmara Municipal de Ílhavo, tendo em conta a dimensão do orçamento da Câmara Municipal de Ílhavo, é um saldo realmente, enfim, bastante exagerado, passe a redundância.

Nós entendemos que as verbas, o dinheiro público, devem ser utilizadas, efetivamente, na satisfação das necessidades das populações. Eu traria apenas, a título de exemplo, e não querendo comparar a gestão financeira, as finanças públicas da administração central do Estado, com aquela que é a gestão das autarquias, são coisas diferentes, mas trago aqui um exemplo de Fernando Medina, do ainda Ministro das Finanças, Fernando Medina, que, perante o superavit resultante da execução do orçamento do Estado sugeriu, há poucas semanas, que Portugal devia criar um fundo soberano, enfim, para onde seriam canalizadas

essas verbas resultantes desse superavit orçamental. E, imediatamente, a resposta do atual Secretário-Geral do PS, Pedro Nuno Santos, foi muito clara, relativamente a isso. Um país que ainda tem tantas dificuldades económicas, sociais, etc., é reconhecido que há muito ainda a fazer em diversos setores na nossa vida, política, pública, social, a habitação, a saúde, a educação, etc., um país com tantos problemas ainda por resolver, há que o reconhecer, não faz sentido nenhum criar um fundo soberano onde possa alocar verbas resultantes de um superavit orçamental, enfim, para investir mais tarde, para atuar em contraciclo quando a economia está em recessão, etc. Não faz sentido, o dinheiro não pode ser retido.

E agora, voltando ao nível da autarquia, o dinheiro não pode ser retido do modo como está a ser aqui, o dinheiro tem que ser canalizado, repito, para a satisfação das necessidades das populações, as necessidades mais correntes. E temo-las, também as temos, ao nível da habitação. Não quero desviar-me do ponto, mas na habitação, a habitação é uma das atribuições dos municípios e tem que se fazer, tem que se fazer. E esta verba devia ser utilizada até, enfim, nessa área, concretamente da habitação. E poderíamos falar de outras. Portanto, é esta a ideia que nós temos que deixar aqui subjacente a um saldo de gerência desta a dimensão. É este reparo que nós temos que fazer relativamente a estes valores.

Quanto à questão da dívida, que também foi aqui aflorada, a dívida não é um problema no Município de Ílhavo. Já não o era no tempo do engenheiro Caçoilo, no anterior mandato.

Eu volto a dizer aquilo que já disse, variadíssimas vezes, aqui. Eu não percebo essa vontade, essa preocupação, essa necessidade de amortizar dívida quando ela está em níveis perfeitamente comportáveis. Acho que não faz sentido. Já não fazia no tempo do anterior mandato do engenheiro Caçoilo, e penso que agora muito menos, tendo em conta os valores que temos.

Era este apontamento que gostávamos de deixar aqui. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (26':48")

«Muito obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (26':55")

«Obrigado, Senhor Presidente. Duas ou três notas.

Uma primeira para o membro Pedro Martins. Estarei aqui sempre em representação dos munícipes que me elegeram e, portanto, farei sempre alterações da minha agenda e todos os processos para que essa resposta surja e nunca desrespeitarei a Assembleia Municipal relativamente a esses assuntos. E também não fico contente que o façam comigo e, portanto, para mim estará sempre na agenda da Câmara aquilo que é a minha prioridade, que são os munícipes.

Portanto, relativamente a este assunto que me preza aqui. Eu não percebi se a Margarida será mais um elemento à procura de uma solução qualquer para o futuro do PSD, se outra questão qualquer. Mas respondendo de uma forma global àquilo que foi dito, e pensando eu que não há aqui uma intenção de trabalharem os dois partidos já em conjunto para o próximo ato autárquico, mas porque o Pedro vem concordar com aquilo que se diz, portanto. Aquilo que me parece é que há aqui um desvirtuar daquilo que possa ser o Saldo de Gerência. Para mim, o saldo de gerência, interpretado claramente, não é problema nenhum para a Câmara, não tem qualquer problema. Não tem qualquer problema para qualquer nenhum munícipe que interpreta isto. Tal e qual como todas as pessoas fazem o seu mealheiro em casa, também podemos fazer aqui, não tem qualquer problema. E se temos possibilidade de deixar de pagar para ter dinheiro, pois podemos fazê-lo se tivermos consciente daquilo que é a realidade do futuro. E eu tenho bem essa realidade presente. Não precisa de me elucidar o que é que é o PRR, o que é que é o PT2020, o que é que é o PT2030. Preciso de o elucidar a si é daquilo que tem sido o seu comportamento ao longo destes anos que passaram. Nunca o vi, em ata nenhuma do passado, discutir tanto este assunto. Ou o senhor agora perdeu-se e deixou de ser o mesmo autarca e, portanto, tirou alguns cursos de formação aí pelo caminho e passou a pôr nas atas textos mais longos. E outros membros que ainda hão de falar também hoje, também começam a pôr textos mais longos. Mas independentemente do saldo de gerência ser negativo ou positivo, o senhor só se referia concordo favoravelmente, confio naquilo que são os trabalhadores da Câmara Municipal e, portanto, não entendo porque é que temos que discutir este assunto. Como isto é uma questão meramente automática e financeira e, portanto, não vale a pena falarmos nisto. Portanto, está feito. Os técnicos municipais são com competências mais que provadas e dadas para tomar estas decisões. Portanto, não percebo o que é que estamos aqui a falar.

Relativamente à opção da Câmara Municipal em gerir desta forma, e que os partidos já o respeitaram no passado, e espero continuarem a respeitar, e teremos muitas autárquicas pela frente para podermos mostrar, então, esse valor que temos sempre atribuído e que nos é atribuído pelos munícipes, eu também não quero falar do PAEL, nem quero falar do passado, porque isso já não me diz respeito a mim, diz-me respeito, aos dias de Hoje, a governação da Câmara. Portanto, aquilo que nós temos no nosso projeto são inúmeros projetos que precisam de dinheiro para a sua execução, em virtude de não os termos ainda realizado, porque muitos carecem de aprovações diversas. E preocupa-me, a mim, aquilo que se tem passado desde agosto último relativamente a alguns projetos e o que é que esses projetos podem ter ainda, cumulativamente, aos seus custos. Posso-lhe dizer, caro membro Pedro Martins, que alguns dos projetos podem ir até 40% o valor de custo, para além daquilo que foi estimado no caderno de encargos e que está aprovado pela lei, e, portanto, temos que nos ir salvaguardando com estas questões todas, porque ainda não vi nenhuma reconversão para os 20% como estavam há dois anos. Portanto, estou seguro que este é um caminho seguro para a Câmara Municipal. Se a Câmara Municipal precisar de um endividamento, justificarei a todos os membros desta Assembleia o porquê de o fazer, mas com uma obra que seja de extrema necessidade para a nossa comunidade. Também não vejo em conversas que sejam poucas ou muitas, porque eu tenho muito poucas conversas fora da Câmara Municipal, feliz ou infelizmente, nem ando por cafés, nem por pastelarias a ouvir o que possam estar a dizer de mim. Vejo também que as pessoas não desejam muito mais obra do que aquilo que está feito. Aliás, perguntam-me é como é que se consegue rentabilizar essas obras e como é que agora se conseguem manter essas obras? E com algum esforço temos vindo, o executivo municipal, não sou eu só, é um conjunto de pessoas, são sete elementos, temos vindo a validar e a consolidar esse trabalho que começámos já há dois anos e que esperam concluí-lo durante este mandato. E nos próximos mandatos os outros presidentes fazerem o mesmo, se for eu cá estarei para o fazer, mas quem vai fazer com que isso dependa é o munícipe, não sou eu. E, portanto, todas estas questões não vejo qual é o problema, não vejo a vossa elevação para este problema ser discutido tão amplamente. Não vejo nada disso.

Já vos dissemos, por mais que uma vez, que a Câmara Municipal tem realmente um saldo de 7.9 milhões de euros, tem 4,9 milhões de compromissos, portanto, tem 2 milhões. Dentro desses compromissos, tínhamos uma obra que estávamos para lançar, duas obras de 450 mil euros que não se fecharam. Se tivessem sido lançadas teríamos aqui menos 1 milhão, teríamos um saldo de gerência igual ao ano passado. E é por isso que nas nossas rubricas do orçamento aparece um tema que se chama “Outras Receitas” e aparece lá o saldo de gerência. E, portanto, essas outras receitas, em 2023, eram de 6.6 milhões e agora são 7.9 para o futuro, que não contabilizam aquilo que possa ter sido a maior receita deste ano, porque também já ouvi falar nisso, e isso nós falaremos daqui a um mês ou daqui a dois meses quando nós estivermos a aprovar as nossas contas, e veremos o que é que cresceu a despesa da Câmara, o que é que cresceu a receita, e se tirarmos estes valores ficamos com outra ideia completamente diferente daquilo que temos vindo a referir até aqui. Mas deixaria isso para as discussões mais à frente.

Aqui, o que está em causa, verdadeiramente, é o nosso orçamento inicial de 6.7 milhões de euros, com a inclusão dos 7.8 de Saldo de Gerência, mais os 4.5 relativamente a projetos que vamos receber.

E não tenho dúvidas nenhuma que o assunto do PRR é da forma como o diz e como o apresenta. Não tenho dúvidas nenhuma. Eu não sei é depois se o valor, e pelo que eu já recebi informação do Governo, que poderá não ser o mesmo governo que trate comigo no futuro estas matérias, e se isso acontecer, pois, terei que discutir com esses futuros governantes nacionais, que é saber se houver derrapagens naquilo que são os custos, porque as obras ainda não foram lançadas. E, portanto, nós temos uma estimativa. Sabemos perfeitamente que, neste momento, as obras em alguns materiais baixaram o seu custo, mas se tiverem custos mais altos do que aquilo que estava previsto, podemos ter aqui um acréscimo de custos e não sei se o valor do PRR vai cobrir esse acréscimo de custos. Eu espero que sim.

É a mesma coisa que estarmos agora a fechar o quadro do Portugal 2020, para lhe dar nota, e há dois meses diziam-me assim: “sabe haver um rateio nos projetos todos. Fechem os projetos todos, porque nós temos lá um restinho de dinheiro e vamos dividir pelas várias câmaras que tiveram melhor execução”. E agora fomos ver a execução e com estes 40% de tolerância para os autos de medição e para o acréscimo nas obras, afinal já não há dinheiro que chegue até para pagar. Está a ver? Porque todas as obras custaram muito mais.

De qualquer maneira, fico esperançado que o Município de Ílhavo possa ter esse rateio entre valor ilegível e participado. Ainda espero isso. Mas estou a aguardar pacientemente. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (35':49")

«Obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir as inscrições para uma segunda ronda. Do “Unir para Fazer”, alguém se inscreve? Pedro Cristo. Do PSD? Então temos a Margarida e o Luís Diamantino. Do Chega? E do PS? Pedro Martins. Ainda faltou o Flor Agostinho. Pedro Cristo, por favor.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento “Unir Para Fazer”: (36':36")

«Senhor Presidente da Mesa, restantes membros. Presidente da Câmara, restantes Vereadores. Caros colegas Deputados. Senhores aqui presentes e lá em casa. Boa noite a todos.

Para já, peço desculpa que não tinha preparado uma intervenção, mas o andamento da carruagem permitiu-me dar aqui alguma palavrinha sobre este assunto. Efetivamente, o saldo de gerência de 7.8 a 7.9 milhões de euros é um valor que até poderia defender que era um pouco pequeno ou um valor que eu poderia defender que é exagerado. Mas como os senhores que já aqui vieram já defenderam a parte do exagerado, eu vou defender a parte do pequeno.

A parte do pequeno porque, se calhar, há pouco tempo nós, aqui, nas Grandes Opções do Plano para 2024 apresentávamos aqui um elevado, umas dezenas de milhões de investimentos, dos quais parcialmente, hoje, já ficam, e utilizando a expressão, já ficam com o devido de cabimento. Ou seja, serão investimentos que estavam no orçamento, conforme os senhores diziam “como é que é possível?”, “como é que é possível?”, “isto não tem lógica nenhuma”, “como é que é possível estar a fazer orçamentos sem ter cabimento orçamental?”. Só vos queria dar uma indicação que o saldo de gerência, como o Senhor Presidente acabou agora de dizer, há pouco tempo, agora há pouco, o saldo de gerência, ele próprio perto de 5 milhões, já se encontra cativo para investimentos efetivos. Os senhores disseram “não pode ser”, mas não perguntaram ao Senhor Presidente quais eram esses 4.9 milhões de euros - e eu também não vou perguntar - quais eram estes 4.9 milhões de euros que já estavam cativos para investimentos em 2024? E como os senhores sabem, a nova lei das cativações obrigamos a que quando abirmos o concurso, adjudicar, conceder.

É lógico que todos nós queríamos que o Fórum da Maior Idade já estivesse preparado, só que ninguém foi ao concurso. Foi problemas de papéis? Não. Foi problemas orçamentais. Mas a culpa é do Senhor Presidente, dos senhores Vereadores, de qualquer um? Preparou-se assim o concurso. Ficou deserto. A culpa é de quem? É politiquice, aqui, que se fala um bocado e a gente tem que falar as coisas, chamar as coisas bem pelo nome.

Se calhar aqui o rés-do-chão da Câmara Municipal, que falamos há não sei quanto tempo, ficou deserto, ficou sem ninguém. Teve que ser aumentado o valor para haver interessados. Eram duas obras de pouco mais de 1 milhão de euros. Acho que estava feito, estava a obra feita.

Gostaria de vos dizer que, eu abro esta janela porque ela foi aberta pelo PSD, num recente programa de rádio, quando diz que, afinal, Aveiro tem 25,7 milhões de euros, é pouco. Ílhavo tem 7.8 é muito. Efetivamente Ílhavo tem um orçamento de 32 milhões, não vamos estar aqui a falar se é demais agora, pois não é isso que estamos a falar, Aveiro tem 170 milhões. É ou não é? Sem dúvida nenhuma que estamos a falar numa Câmara que está em trabalho há 10 anos, nós estamos aqui há 3 anos, e que está no seu pleno fulgor. O que é certo é que a Câmara de Aveiro, quando apresenta o seu saldo de gerência, diz o seguinte: “o saldo que transita do orçamento de 2023, que corresponde a investimentos previstos e em curso, e que necessitam do devido planeamento e garantia de financiamento para a sua contratação e ao longo da sua execução”. E mais diz depois no relatório, segundo refere a nota de imprensa, “a qualidade de gestão permite garantir os fundos disponíveis para os investimentos em desenvolvimento, com risco zero de incumprimento por parte da Câmara Municipal”.

Ílhavo, comparado com Aveiro, Ílhavo teve 7.8 milhões, este ano. Ou seja, para 24. Para 23, teve 6.6 milhões, para 22 teve 4.2. Ou seja, 18,6 milhões nestes 3 anos. Para os 32 milhões corresponde 58%. Aveiro teve, de 23 para 24, 25,7; 22 para 23, 37,4; 21 para 22, 40 milhões 103 milhões corresponde 61%. E Aveiro, está bem. É planeamento, garantia de financiamento para contratação, está bem. É o PSD a fazer em Aveiro, aqui não é o PSD.

O PSD preocupa-se muito com o poder local, como nós temos visto nas recentes entrevistas, mais do que propriamente as eleições que devíamos estar a preparar para março de 2024. Eu fico muito contente de saber, e se calhar seria importante, já que vão depois intervir, por acaso se o PSD estivesse no governo, no governo local, se estivesse no Executivo, como maioria ou como a sua gestão, ou o próprio PS, vamos simular esta situação, eu penso que os Centros de Saúde e as Escolas estavam feitas. Não há dúvida nenhuma, por aquilo que ouvi, estava feito. Desculpe, Senhor Presidente, deve ser incompetência porque estava feito. Gostaria de vos dizer que o saldo gerência, além destes argumentos, todos, porque é do PSD está tudo bem, o saldo de gerência tem que salvaguardar, além daquilo que eu vim falar, salvaguardar vários parâmetros. Neste momento, falamos de peito feito porque, neste momento, a Câmara tem um nível financeiro bom, é unânime para todos nós. Se tivéssemos que recorrer à banca, e se aprovássemos aqui, com certeza absoluta que a banca estaria aberta para isso. Mas é sempre assim? Ou isto não é cíclico. Daqui a um ano ou dois ou três, será quando tivéssemos estas obras todas concluir para pagar, estaria a banca aberta? Temos garantido certeza que as transferências do Orçamento de Estado, todas, bem, são crescentes ou pelo menos se mantêm? E os nossos impostos, os IMI e os IMT que andamos aqui gordinhos, porque há mais IMT, há mais IMI, temos a certeza absoluta que se mantêm? Se não for por mais nada, pensem nisso. E porque é que eu digo, pensem nisso?

Eu queria só ler um texto que veio a esta Assembleia há uns anos e que diz o seguinte: “no seguimento da publicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e respetiva regulamentação, a qual previa aprovação subsequente de um programa de assistência económica no âmbito do programa de apoio à economia local PAEL, que veio a ser publicado no dia 28 de Agosto e que a respetiva regulamentação foi publicada no dia 14 de setembro, o Executivo Municipal deliberou aprovar na reunião de Câmara extraordinária, de 24 de setembro, a candidatura do Município de Ílhavo ao PAEL. Esta adesão ao PAEL atende, entre os outros, aos seguintes fatores: a uma redução drástica no acesso ao crédito bancário por parte dos nossos fornecedores; a uma significativa redução não esperada no valor das transferências do Orçamento de Estado para os municípios nos últimos dois anos e meio; a uma redução no valor dos impostos e taxas municipais, com exceção no IMI, que vem ocorrendo nos últimos anos; pelo aumento da Câmara Municipal, registou uma perda de receita acumulada, impostos e taxas dos últimos três anos de cerca de 10 milhões de euros, com agravamento abrupto de despesas como o IVA da eletricidade. Atendendo ainda a necessidade de apoiar o tecido económico local, fim último deste programa, a Câmara deliberou candidatar-se ao Programa 2 do PAEL com um valor de 10,14 milhões de euros, tendo este empréstimo a duração de 14 anos e o custo de 4%, e que, sendo aprovado, possibilitará que a Câmara Municipal de Ílhavo passe a pagar a todos os seus fornecedores dentro do prazo de 90 dias e tenha fundos disponíveis positivos para a sua gestão, no quadro da Lei dos Compromissos. A candidatura integra um plano de redução e contenção de despesa e otimização da receita, sendo que o Município de Ílhavo tomou, em devido tempo, 2009 e 2010, um conjunto vasto de decisões para a contenção de custos com os resultados positivos são explicitados e vão ser prosseguidos. Iguamente, integram um plano de ajustamento financeiro que demonstra que é a adesão ao PAEL é uma oportunidade dos fornecedores serem ressarcidos dos montantes em dívida e para a Câmara é uma oportunidade de satisfazer as dívidas aos fornecedores, mantendo uma estrutura de custos e investimentos muito próxima daquela que atualmente é realizada, suportando bem os encargos com serviço da dívida em resultado do incremento deste PAEL. A contratação do empréstimo, será consequência desta candidatura ao PAEL e não terá qualquer impacto ao nível dos valores vigentes de impostos, tarifas e taxas municipais. Esta matéria será alvo de apreciação pela Assembleia Municipal de Ílhavo”.

Nem todos estavam cá quando isto foi apreciado, por isso que a memória pode não ser tão. Gostava de vos referir o seguinte. Este empréstimo, quando foi contraído, representava de juros 2,84 milhões de euros, foi pago em 2018 e, mesmo assim, pagou-se 1.800.000 euros. Mais grave ainda, na minha perspetiva, a Câmara era caloteira em mais de 10 milhões de euros. É isto que queremos para a nossa Câmara? A Câmara deliberou candidatar-se ao Programa 2 do PAEL, com um valor de 10,14 milhões, tendo esse empréstimo, sendo aprovado, passe a pagar aos seus fornecedores dentro do prazo de 90 dias.

Meus Senhores. Gostava que fosse... muito bem, a Câmara obteve ou candidatou-se a este apoio e muito bem. E recordo-vos só. E tenha fundos disponíveis positivos para a sua gestão no quadro da lei dos compromissos. São factos. Para resto venham dizer a politiquice que assim entenderem.»

Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo / Grupo Municipal do PSD: (47':35")

«Boa noite a todos. Eu só vinha aqui para agradecer as palavras do Pedro. Eu estou nesta Assembleia como Presidente de Junta, não estou como líder do partido, estou como Presidente de Junta. Tive o cuidado, quando decidi abraçar este desafio, de comunicar ao Senhor Presidente da Câmara e comuniquei-lhe para ele saber por mim o que eu iria fazer. Porque se há coisas que eu quero distinguir é o meu papel como presidente do partido e o meu papel como Presidente de Junta. Eu quero que fique bem separado.

E depois dizer que nesta vida autárquica de 10 anos que tenho, em que recebi bons exemplos todas as bancadas, recebi exemplos do Sérgio Lopes, do Pedro Martins, do Flor Agostinho, o próprio meu antecessor, o Domingos, também foi uma pessoa que me inspirei nele quando quis ser Presidente de Junta e afins.

Mas agora, dirigindo-me aqui um pouco ao colega Pedro Cristo. Eu nunca teria a capacidade do Pedro Cristo, porque primeiro eu, que também passo com Saldo de Gerência na minha Junta, fiquei a saber, hoje, que se podem somar saldos de gerência para arranjar um número astronómico. E depois, Cristo, para quem não vinha preparado, trazer um texto e afins e foi buscar há não sei quantos anos atrás, caramba, desculpem lá. Eu acho que nunca vou ser como tu. Eu, por mais que me prepare, não consigo arranjar assim uma coisa tão bem preparada.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (50':06")

«Boa noite, novamente. 25 minutos dá para alargar-me bastante nesta temática.

Pedro Cristo, em 2013, Portugal estava a ser intervencionado pela Troika. O PAEL foi uma forma que as autarquias que tinham as torneiras fechadas tiveram de se financiar para cumprir os seus compromissos com os seus fornecedores e com os seus trabalhadores. E não se esqueça, esqueceu-se foi de ler o que aconteceu a seguir, que, em 2018, o Executivo do Partido Social Democrata liderou, nós fomos à banca negociar essa dívida, amortizámos o PAEL, fomos negociar melhores juros porque o PAEL estava a prejudicar o Município. As contas, sim senhora, o saldo de gerência estava mais baixo. Com certeza. Houve a necessidade de financiamento a curto prazo? Houve, também o fizemos. Mas, caramba, investimos. Perguntem às pessoas. Parámos a obra? Parámos, em tempos de pandemia, de dar assistência social às pessoas? De chegar aos idosos? De chegar às crianças? De chegar às escolas? Mas querem-nos acusar do quê?

E permitam-me o desabafo. Isto de falar da Câmara Municipal de Aveiro, então vamos dizer que a Câmara Municipal de Aveiro, nessa altura, do PAEL, não tinha dinheiro para pagar salários porque deixaram aquilo numa desgraça. E houve quem arriscasse. Foi e foi negociar e dou os parabéns por esse grande autarca que é uma referência e devia ser um exemplo para muita gente, e que esteve à frente dos desígnios de Ílhavo durante 16 anos. Talvez volte. Deve ser o receio de alguns que ele volte ou queira voltar. Mas se voltar cá estarei para receber de braços abertos e andarei na rua, porta a porta, com ele e com a equipa que o Partido Social Democrata preparar para avançar, porque eu acho que vocês andam todos muito nervosos com o futuro do Partido Social Democrata. Porque se eu sou provocada, se eu sou provocada... e tenho direito, tenho direito a...»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (52':19")

«Margarida. Margarida. Eu sei que tem. Eu sei. Só um bocadinho. Eu peço às pessoas que façam silêncio enquanto a Senhora Deputada está a intervir, está bem? Pronto. Muito obrigado.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (52':29")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. É assim. O Senhor Presidente da Câmara está muito preocupado com o meu caminho no Partido Social Democrata. Agradeço a sua preocupação, mas o caminho que eu vou fazendo no Partido Social Democrata tem mais de 20 anos. É um trabalho reconhecido. E para mim, o Partido Social Democrata nunca foi salvação. E o meu nome dentro do Partido Social Democrata nunca foi negado, ao contrário do seu, com certeza, já foi mais que uma vez. Mas isso são questões internas. E eu estava lá. E foi oferecido o seu nome. Foi oferecido da mesma forma que o Partido Socialista tomou a decisão que tomou.

Se quer entrar pela politiquice vamos, então, à politiquice. Isto é muito mau o senhor dirigir-se à minha pessoa na progressão de carreira no Partido Social Democrata. Oh Senhor Presidente da Câmara, eu não preciso da política para viver. Entenda de uma vez por todas. Não preciso da política para viver. Por isso é que eu me dispus sempre ao Partido Social Democrata para ir no lugar que me entendessem que podia estar. E se não estivesse, eu fazia-o de porta a porta. Eu não sei se no próximo processo autárquico o Partido Social Democrata necessita ou se eu estarei disponível para colaborar numa vida ativa em órgãos

deliberativos. Executivos digo-lhe já que não, esteja descansado, Senhor Presidente. Para lugares executivos não vou. Já fica aqui. Pode descansar, pode dormir na almofada, descansadinho. Porquê? Porque eu não preciso da política para viver. Não é tábua de salvação para mim. Pode acusar outras pessoas, mas a mim não pense nisso porque não tem forma de provar que isso é verdade. Eu tenho forma de lhe provar que é mentira. Portanto, mais uma vez, Senhor Presidente, deixe de ser deselegante na abordagem, seja elevado quando fala connosco. Isso sim, o meu tom de voz altera-se perante a indignação da falta de sentido democrático que demonstra ao respeitar. E se quer ser respeitado, também tem que se dar ao respeito. Eu acho que o Senhor Presidente da Câmara, mediante o que tem acontecido aqui, tem sido respeitado além daquilo que nós recebemos. Muito acima daquilo que nós recebemos. Eu falo por mim. Falo por mim.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Eu acho que houve aqui uma dúvida e aqui eu vou esclarecer os munícipes. Não é o Senhor Presidente da Câmara, porque não vale a pena. Já estou a ver. Eu, quando falei nos 18 milhões, foi os 18 milhões que o Partido Social Democrata amortizou durante 8 anos. Porque o que estava para trás, de investimento que o atual Presidente da Câmara de Aveiro, vamos falar, deixou de dívida, mas era uma dívida de investimento e, para mim, dívida de investimento é bom para os munícipes, era de 21.9 milhões. Nós reduzimos 18, ou seja, reduzimos por ano 2.25 milhões de média e renegociámos o PAEL para uma taxa, para um contrato bancário melhor.

E dizer a um bancário que 90 dias é muito, Pedro Cristo, acho que vamos ficar por aqui. Concluindo, os 2.25 por ano, de média, que nós amortizámos, que não foi, convenhamos que nós amortizarmos mais 2.6 de dois anos e meio deste Executivo, ou seja, uma média de 1.3, ou seja, quase menos 1 milhão de euros. E o Senhor Presidente da Câmara não lidou com sistema de intervenção e de consolidação por via da Troika; o Senhor Presidente de Câmara não lidou com uma pandemia que afetou o país, e continua a afetar o país, que afetou os municípios e bastante. E não aceitamos que nos acusem que não houve ação social de apoio aos municípios. Não deixámos, se calhar, deixámos de fazer algumas festas, mas foi por segurança e saúde das pessoas. Mas mantivemo-las, retomámos quando foi possível retomar. E não foi preciso mudarmos os nomes porque temos muito orgulho de dar o nome às coisas, porque temos o mar como referência, a terra, como o sol. E mais vos digo, é muito mau quando o Senhor Presidente de Câmara se preocupa mais com a minha carreira política dentro do Partido Social Democrata e não se preocupa em responder às minhas perguntas. Por isso, hoje, me dirigi aos munícipes e não preciso que o Senhor Presidente da Câmara Municipal me responda a nada. Deixe de fazer esse tipo de abordagens. Obrigado.»

António Flor Agostinho, Grupo Municipal do PSD: (57':48'')

«Então boa noite a todos. Boa noite a quem nos ouve lá em casa.

Eu só venho aqui a reforçar um pouco o que a Margarida disse na sua intervenção e no seu texto que escreveu, e muito bem, no Ilhavense.

Começar por dizer que isto não é nenhum problema, não vejo qual é o problema. Também estou de acordo com o Senhor Presidente. Isto não é problema, isto é gestão. Estamos cá para gerir e estamos para atuar e para, enfim, para discutir e para aprovar e para depois concretizar e dar os parabéns se fizermos, se não fizermos continuamos nós aqui a lamentarmos o facto de não termos feito. Hoje não vamos aqui discutir, ou não estamos aqui a discutir, mais um elefante na sala. Mas, pelo contrário, vamos aqui apreciar o maior saldo de gerência de 2023 que se consubstancia no maior saldo transitado por um Executivo desta autarquia de Ílhavo e já cá estou há muitos anos. O número em apreço de 7.805.716 euros correspondente a um acréscimo de 18% relativamente ao saldo transitado o ano passado, e vocês vejam a média com que vamos transitando de saldos, é significativo. Relembrar que esse saldo não atinge aquele valor maior que estava previsto numa reunião informal com os senhores Vereadores da oposição, em que foi afirmado que andaria na ordem dos 9 milhões, efetivamente não atinge os 9.213.000 porque, no final do ano, se fizeram pagamentos na ordem do 1.400.000 que possibilitaram a apresentação de um saldo mais reduzido, conforme se pode concluir dos documentos fornecidos, em concreto o resumo diário de tesouraria número 247, de 29 do 12. Está lá transcrito o que é que se fez.

Apesar deste documento poder ser considerado como um instrumento meramente contabilístico, meramente orçamental, não podemos deixar de, aqui, fazer algumas críticas e informar os munícipes do Concelho que o seu montante merece ser apreciado e que seja divulgado a conhecer a toda a população, pela responsabilidade inserida nas competências dos Deputados desta Assembleia, em especial os da oposição que, quer queiram, quer não, representam cerca de 60% da população votante no último ato eleitoral. E é em nome desta gente que nós aqui vimos falar. É em nome destes 60%, que votaram no PSD, no PS e no

Chega, que nós temos obrigação de lembrar à população que 8 milhões dos nossos impostos ficaram parados. Não se fez nada. Isto quase me apetece, enfim, não devia dizer isto, mas quem entra em Ílhavo vê um placar do PS, do Pedro Nuno Santos, que diz assim: “Mais Ação”. Eu quando vi aquilo comecei a pensar, isto é dirigido aos ilhavenses ou à Câmara de Ílhavo? Está muito apropriado à entrada de Ílhavo. “Mais Ação” é aquilo que se precisa no nosso Concelho. E dou os parabéns a quem lá pôs aquele cartaz porque está muito bem situado e é muito significativo.

E é em nome de, aproximadamente, 30% desses votantes, do PSD, que tenho a obrigação de esclarecer que a Câmara de Ílhavo terminou o ano de 2023 com um saldo de 8 milhões de euros, muito significativo, e que arrecadou esse dinheiro de impostos pagos por nós do IMI e do IMT e da Derrama, das taxas, das taxinhas, dos documentos, das fotocópias, enfim... e não teve engenho, nem capacidade para investir em ações ou obras passíveis de serem usufruídas por todos os munícipes ou prioritariamente pelos mais carenciados.

E agora devo agradecer aqui ao Pedro, as palavras teve aqui, quando veio aqui falar no célebre PAEL, que eu também aqui estive, também aqui aprovei. E vem falar muito bem. O PAEL permitiu-nos contrair dívida, fizemos obra, a população usufruiu da obra e pagámos. Foi isto que aconteceu. E quando nós assumimos esta Câmara, em 1998, dissemos ao que vínhamos, dissemos que vínhamos para investir, para ir à banca pedir empréstimo porque era necessário acabar com o marasmo em que o Conselho estava. E, foi isso que nós fizemos e estão aqui pessoas que se lembram e estão aqui pessoas que foram derrotadas, que foram para casa e que sabem perfeitamente que nós fizemos o contrário do que elas tinham estado a fazer anteriormente. Eu não me esqueço. E eu também estou, como diz ali a Margarida, eu não precisei da política para nada. Eu só exerci, em 86, quatro anos como meio tempo de Vereador. E eu quase que pagava para ser autarca porque não havia carros, não havia telefones, os carros eram os nossos, os telefones eram os nossos, não recebíamos quase senhas de presença, só na altura é que se começaram a receber. Nós pagávamos para ser autarcas. Eu não preciso da política para nada, graças a Deus. E não preciso, felizmente, porque está para acabar e não vai ser preciso. Portanto, agradecer ao Pedro aquilo que disse. E também lembrar ao Pedro que eu também fui aos jornais e recortei um município que é muito parecido com o nosso: Ovar. Transita com saldo de 8,8 milhões. Mas, diz o Presidente de Ovar, diz que parte deste valor, 90%, está destinado a despesas de capital e de investimento. E diz mais entre os projetos reforçados. O que é que isto quer dizer? Os projetos estão em andamento, encontram-se iniciativas de Estratégia Local de Habitação, o Cine Teatro de Ovar, o Centro de Escutismo de Cortegaça, a rua dos Castanheiros, enfim, e diz também a educação foi aprovado um plano de financiamento dos Agrupamentos de Escolas para 24, sendo o apoio financeiro de 202.000 euros que eles vão entregar às escolas. E, então nós ficamos com um saldo, havendo necessidades.

E é isto que a população precisa de saber, porque a população sabe que há necessidades. Há necessidades nas Juntas de Freguesia. Podíamos ter reforçado mais as transferências de competências para as Juntas. Podíamos atribuir mais dinheiro às Juntas de Freguesia. Podíamos atribuir mais dinheiro para as escolas, para os agrupamentos, enfim, para resolverem pequenas reparações, para resolverem alguns problemas que a Câmara tem necessidade de lá ter que resolver passados dias. As escolas não necessitavam ter aquelas carências.

Podíamos ter, enfim, financiado mais algumas Instituições de Solidariedade Social. Nós sabemos quais foram os problemas que surgiram nas negociações com algumas delas.

Enfim, há tanto por onde distribuir o dinheiro, mas tudo bem, acreditamos que este montante venha a ser utilizado naquela grande prioridade, todos nós sabemos, que é o centro de saúde. Eu cá estarei para agradecer a execução da requalificação dos centros de saúde, se eles chegarem a executar.

O Senhor Presidente já o referiu, e muito bem, que há muita dificuldade, há poucos empreiteiros, há muitas obras e os empreiteiros dão-se ao luxo de escolher as melhores obras, ou seja, escolher as obras que são mais rentáveis. O problema que a Câmara tem, todos sabem, eu também o passo ou também o constato, também verifico. Ainda agora ficaram mais duas obras por adjudicar. E o que é que nós podemos fazer? Subir o preço de base? Subir o preço base é hipotecar estes montantes. Mas quer dizer, houve outras obras que nós conseguimos executá-las, porquê? Começamo-las primeiro. Já estão executadas, estão em andamento, estão a ser inauguradas. Enfim, é aquilo que nós pedimos: mais ação. Agora, o 24 eu não tenho grandes expectativas para as realizações de 24. O que nós pensamos que vai acontecer é aquilo que é óbvio, é chegarmos ao final do ano e termos um reforço de transferência orçamental de mais 18%. Espero, Senhor Presidente, que siga as

instruções do Pedro Nuno Santos e tenha mais ação. Acho que é fundamental haver mais ação para que possamos usufruir de mais obra e de mais investimento.»

Pedro Martins, Grupo Municipal do PS: (01:07:31”)

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu começo também por dizer que eu não preciso da política para nada. Eu não preciso da política. Acho que é bom clarificarmos essa situação.

Ora bem, eu gostava de dizer o seguinte. O Pedro Cristo veio aqui, para quem não vinha preparado, segundo percebi e segundo me apercebi, veio aqui lançar alguns números e comparar, por exemplo, com Aveiro. Eu sugeria que, em vez de vermos a fotografia deste saldo de gerência, víssemos o filme que isso é que é importante.

Este saldo de gerência tem mais 4 milhões de euros do que no início do mandato e mais 2 milhões de euros do que em 2022. É preciso é ver este filme, não é ver a fotografia de hoje. E isso revela o quê? A tal falta de ação, a tal falta de ação que o Flor Agostinho referiu.

O Pedro Cristo deu o exemplo de Aveiro e juntou aí alguns anos no saldo gerência, de alguns anos. Mas, por aquilo que eu me apercebi, O saldo de gerência em Aveiro tem vindo a diminuir. Tem vindo a diminuir. E aqui está a aumentar. Também é preciso perceber isso.

E depois é preciso perceber outra coisa. Aveiro está em plena obra, Aveiro está cheio de obras por todo lado. Ílhavo está em obra? Não, o problema é este filme que estamos a ver. E daqui a um ano, por esta lógica, ainda vamos ter mais saldo de gerência, é o mais provável, é o mais provável. Quanto à questão, quanto aos recibos, não podemos comparar o PAEL de alguns anos atrás com o tempo que vivemos hoje. Já aqui foi falado a crise da dívida soberana, das dívidas soberanas de Portugal, Irlanda, Grécia, da Europa e o alvoroço que isso criou nas finanças públicas deste continente e a necessidade que houve de introduzir políticas de austeridade. Enfim, mal, mas pronto, e a redução da dívida e, claro, as autarquias tiveram que seguir pelo mesmo caminho, forçadas por lei, mas teve que ser assim. Portanto não podemos comparar, não podemos comparar.

Eu acho que era melhor colocar outra questão. É se o resultado dessa dívida que obrigou ao PAEL, se esse dinheiro foi bem ou mal investido. Essa é a questão que tem que se colocar. Não é se se gastou muito ou pouco, não. É se o investimento foi bom ou mau. As obras que fizeram para os municípios, o dinheiro investido, qual foi o resultado? Enfim, é isso que temos que avaliar.

Eu gostava também de dizer, o Presidente João Campolargo, já não é a primeira vez que refere que eu, agora, mudei o discurso, eu mudei aquilo que digo. Oh Senhor Presidente, quase que sabe mais daquilo que eu disse do que eu sei, porque eu não ando a ler as atas de há 4 ou 5 ou 6 anos atrás, estávamos na mesma bancada do PS, estávamos na mesma bancada do PS... e atenção, nós, no ano no último mandato do PSD, com o Presidente engenheiro Caçoilo, já levantámos a questão dos saldos de gerência a começarem a crescer. Portanto, isso não é de agora. E nós apontámos isso. Portanto, não é agora um exclusivo deste mandato e deste Executivo. Isso já vinha de trás. Agora nós falamos disto, porquê? Porque isto atingiu, na verdade, proporções que nos parecem um pouco, enfim, exageradas. E foi aqui dado o exemplo de Ovar, mas Ovar tem um orçamento maior que o orçamento da Câmara de Ílhavo. Também não é muito maior, mas é maior. E, aqui, este saldo de gerência representa o quê? Um quarto? Um terço do nosso orçamento, da execução orçamental? É muito, como é evidente é muito.

E eu Não me preocupava, não me preocupava. Quer dizer, esta Câmara é poupada? Quer dizer... Eu não me preocupava, recibos de quê? Do IMI, da futura receita do IMI? Eu não preocupava com isso. Vai subir como tem vindo a subir gradualmente. Baixar não vai baixar. E o IMT? Vai subir, como é evidente, vai-se construir mais, vai haver mais negócio imobiliário, etc. Há essa necessidade. Portanto, eu, sinceramente, não me preocupava com essa questão macrofinanceira, porque, a não ser que haja uma hecatombe nas finanças públicas nacionais ou a União Europeia, etc., não creio que isso seja motivo de preocupação, nem isso pode ser uma condicionante da ação da Câmara, porque não faz sentido absolutamente nenhum. Aliás, o que se antevê é a descida das taxas de juro de referência e, conseqüentemente, a redução das taxas, enfim, bancárias. Portanto, é o que se antevê, aliás, para este ano.

Portanto, eram estes aspetos que eu gostava de referir que é, efetivamente, não olharmos à fotografia de hoje, mas é à tendência. Isso é que é preocupante.

E quanto à questão das obras que não foram feitas, claro, a solução é fácil. Claro que também comporta mais despesa, mais despesa, mais custos, é evidente. Se os concursos ficam desertos, têm que subir o preço base, como o Flor Agostinho aqui já referiu. Se quisermos fazer obra, tem que ser assim, tem que ser assim, como é evidente, se não, não se faz obra. É isto que nós estávamos a dizer, portanto, não é com agrado que vimos aqui referir estas coisas porque nenhum município gosta de ver um certo marasmo a que estamos a assistir em

Ílhavo. Essa é que é a realidade. Ninguém gosta de ver esta passividade, este marasmo. Ninguém gosta. E não é com agrado que vimos referir isso aqui. É isso que temos que deixar nota para que se perceba, digamos, que tendência estamos a assistir, nesta matéria. E, portanto, não é a questão do saldo de gerência. Tecnicamente, vamo-nos abster, tecnicamente não é isso que nos traz aqui. É a dimensão do mesmo. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:13:48")

«Muito obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:13:52")

«Obrigado, Senhor Presidente. Algumas referências que se tornam importantes também, neste momento, devido a algumas intervenções que aconteceram. Outras, vou-me limitar ou não comentar sequer, porque não terão qualquer relevo para o ponto.

O senhor Pedro Cristo veio lembrar aqui algumas coisas que eu também estudei e tenho em mente. E tenho em mente as governações anteriores, desde 98 até 2021. Tenho em mente também, se falarmos de Aveiro, desde 2013 até 2023, portanto, são 10 anos. Possivelmente, as dificuldades que eu pudesse ter encarado, nesta Câmara, teria que lhes dar a volta, como dei até hoje e continuarei a dar. E, portanto, quem nos estiver a ouvir lá em casa, ou a ouvir através de outro meio qualquer, fique descansado que não vim para estragar, vim para fazer melhor do que eu gostava e é sempre a minha opção nos projetos todos em que me colocou. E acho que, também com a equipa que tenho, estou mais à frente nesta posição ainda, porque são, realmente, pessoas de elevada qualidade e, portanto, iremos fazer um trabalho notório para os nossos municípios e para aquilo que é o nosso desejo e o desejo de todos.

E, portanto, não vamos fugir em nada daquilo que é o nosso compromisso também eleitoral. Estamos conscientes das dificuldades. Estamos conscientes daquilo que é o tempo para a realização dos projetos, portanto, não estamos fora do tempo, estamos dentro do tempo. Para alguns é que estamos fora do tempo porque, realmente, possivelmente entenderiam que isto era um processo continuado, como já ouvimos aqui o senhor Pedro Martins dizer, que isto é uma continuação do grupo político que estava atrás, nada mudou. Evidentemente, nós para mudar temos que estar na linha da frente e temos que ganhar eleições e, portanto, enquanto tivermos esta oportunidade, e que já vos agradeci também naquilo que foi a tomada de posição sobre o orçamento de 2024, irei representar da melhor maneira aquilo que vocês também atribuíram como responsabilidade, e farei o trabalho com os técnicos da Câmara no sentido da melhor governação possível.

Quanto àquilo que é visto também, aqui, pelo membro Flor Agostinho, pois nós não andamos com os slogans dos outros, andamos com o nosso, não é? Nós andamos pelo "Unir Para Fazer" e, portanto, não andamos com o slogan dos outros. E, portanto, recorro que também pela minha experiência, fui autarca da oposição de 2009 a 2013, depois de 2013 a 2017 fui Presidente de Junta de Freguesia, de 17 a 21 fui Presidente de junta de Freguesia. Estive, aqui, nesta Assembleia durante 8 anos, assisti a algumas antes também, e hoje sou Presidente de Câmara. Pronto, é a minha história política. Não preciso de relevar, não preciso dizer onde é que estou, nem onde é que deixei de estar a trabalhar. O senhor já deve conhecer muito bem os exemplos, ou não, que eu deixei para trás na minha vida e, portanto, não vou referir qualquer coisa, porque nunca ninguém me ouviu aqui a referenciar o que quer que seja sobre a minha vida profissional, fora ou dentro daqui.

E depois, também recordá-lo de uma coisa e ao Senhor Pedro Martins. Relativamente àquilo que referiu de ser um quarto, o saldo de gerência e tal. Nós, possivelmente, finalizámos o orçamento de 2023 com 41 milhões de euros, possivelmente. O que dá, aqui, os 7.9 saldo de gerência. Possivelmente, no ano anterior deixarei para você trabalhar em casa, mas também recordá-lo que é que foi esse valor do orçamento fechado em 2022 e depois o saldo gerência correspondente. Para, depois, também vermos o que é que foi a realização da despesa e não olharmos só para a receita.

Eu já o referi, aqui, há bocadinho, há 4.9 milhões comprometidos, neste momento, mais um milhão e pouco vais ser comprometido, entretanto. É claro que, a partir do dia um de janeiro, para que toda a gente saiba, a Câmara começou a ter as suas receitas, começou a ter as suas despesas, teve aumento dos salários, não sei como é que vai ser compensado ou não vai ser compensado, libertaram-nos as despesas do ADSE, como o senhor sabe. Portanto, temos que fazer aqui uma série de trabalho e de gestão financeira, e serei responsável por isso até ao último dia em que já estiver.

Agradeço ao Pedro Cristo também as referências que fez relativamente aos impostos, porque pode haver uma inversão realmente desses impostos e da receita desses impostos. É notório que na última Assembleia que, não esteve aqui, discutimos aquilo que foi a atividade municipal. E se for à atividade municipal e olhar para esse documento, pode ser pesado ou não, mas é o documento que nós sentimos que dá resposta às necessidades, pode ver que o IMI, pelo comportamento que tinha nos últimos anos, desta vez baixou, foi mais baixo. Era uma coisa que o senhor defendia, independentemente de se baixar o IMI vai-se ver que a receita é sempre superior à do ano anterior. Não foi. São 170.000 euros. Mas eu já percebi que, para si, o juro da dívida também não é valor, nem é custo. Portanto, é sempre uma coisa agradável ter e, portanto, fico contente. E penso que também todas as pessoas que nos possam estar a ouvir quando têm endividamento em casa fiquem descansados que isso paga-se. O senhor recebe todos os meses para pagar, pague a dívida, não tem problema nenhum, e pague juros da dívida e se puder endividar mais, endivide-se mais. É preciso é que eu senhor faça obra, que compre bicicletas, compre carros, compre o aspirador, compra a máquina de lavar, compre tudo, mas endivide-se que isso não é problema nenhum, o senhor vai pagar isso. E percebemos perfeitamente, ainda hoje, aqui, também, o problema do pagamento aos fornecedores, bem referido pelo Senhor Pedro Cristo. Não, não gostei de algumas referências, porque aquilo que eu faço é pagar a tempo e horas a todos os fornecedores. E se houver algum entrave nesta Câmara sobre essas matérias, possivelmente até parte da parte do fornecedor e não parte dos serviços da Câmara. E, portanto, aquilo que eu lhe posso garantir é se pagámos tudo. E deveríamos pagar, até, ao dia, quando chega aqui a fatura deveríamos pagar. Não andamos aqui com um esforço para pagar a conta relógio, porque agora queríamos baixar o valor do saldo de gerência.

Que é que me interessa ao saldo de gerência? Tinha que trabalhar com ele na mesma, fosse ele agora de 8 milhões ou 9 milhões. Qual era o problema? Tinha problema nenhum em assumir isso, como estou a assumir os 7.9. Fazemos aqui um drama sobre uma questão que não é drama nenhum para ninguém.

E depois temos que ver também uma coisa que eu acho que estamos, aqui, a cometer todos uns erros. Basta vermos a atividade municipal e vemos onde é que investimos e o que é que o Município de Ílhavo tem investido mais nos últimos anos. A área das IPSS? É verdade, investimos muito mais do que tinha sido investido até aqui. Não tem comparação aos últimos anos, nem à última década. Não tem comparação nenhuma. As respostas sociais aumentaram. Não tem comparação nenhuma. O esforço das equipas aumentou. Não tem, não tem comparação nenhuma, é verdade. Na educação não tem comparação nenhuma. O esforço que temos feito, o custo que tem só esta operação das refeições não tem comparação nenhuma, também, com o último contrato de há três anos. E poderia falar aqui de muitas outras coisas que eu acho que ninguém está a querer dar a noção ao munícipe lá em casa, mas eu dou quando as pessoas precisarem.

E depois fiquem também tranquilos. Há muitos projetos, muita coisa que vai ser feita, é preciso ter maturidade, é preciso elaborar os projetos, é preciso acabar os projetos de saneamento. Uma coisa que o PS sempre defendeu, a taxa de cobertura do saneamento. Estamos a acabar. Se Deus quiser, este ano, se tudo nos correr bem, fechamos a Gafanha da Boa Vista também, para avançarmos com a obra para o ano. Estamos a concluir todos estes trabalhos e, portanto, estamos a realizá-lo. Tem sido... podemos falar no mês de outubro, quando fizemos as reuniões do Direito à Oposição, falámos um bocadinho sobre aquilo que nos parecia que podia ser a tendência do saldo de gerência. Entretanto, vimos que essa tendência era real, com os valores que ainda tínhamos a receber do IMI, que recebemos na última tranche do IMI, fizemos as nossas opções financeiras. Qual é o problema disso? Qual é o problema disso? Não vejo aqui drama nenhum sobre isso.

Aquilo que eu lhe quis dizer há bocado, não me leve a mal. O tempo que estive aqui consigo, a aprender e a crescer consigo, na preparação de muitas reuniões, nunca me levou a ver tanto tempo a discutir um qualquer ponto. Nunca me levou a ver isso. E olhe que estive aqui sabe quanto? 12 anos. Nunca vi tanto tempo a discutir-se pontos. E, portanto, fica à consideração do munícipe, à avaliação do Munícipe, é realmente um contexto diferente, este, que estamos a viver. É um contexto diferente, para todos nós. Estamos a querer habituar-nos a eles? Se calhar, não. Estamos a querer ser diferentes? Se calhar, estamos. Estamos a querer mostrar uma agressividade perante as questões? Se calhar, estamos. Estamos a empolgá-las? Se calhar, estamos. Como justificou aqui, o Senhor Vereador, no último dia, quando estávamos a falar sobre investimento, porque tem tudo a ver também com o saldo de gerência, com estas coisas, enumerou 10 ou 12 projetos para a Gafanha da Nazaré. Não havia investimento nenhum, afinal eles estão lá. Quando quiserem, todos vocês, com um autocarro novo, ou com o próximo que vai chegar novo, porque eu, quando cá cheguei não

os tinha, sequer, para poder circular com crianças, investimos e podemos viajar todos dentro desse autocarro, ir conhecer as obras todas que estão a ser realizadas no município. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:23':15")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Concluídas todas as intervenções, coloca à votação o ponto 2 da Ordem do Dia.

Quem vota contra? Quem se abstém? E, portanto, quem vota a favor? Muito bem. A proposta de "Demonstração do desempenho orçamental e primeira revisão para integração do saldo de gerência de 2023" foi aprovada por maioria, com zero votos contra, 17 abstenções e 8 votos a favor.»

Ponto 3. "4.º Relatório de execução dos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2023"

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:24':13")

«Passamos já para o ponto 3, "4.º relatório de execução dos contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2023". Começo por dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:24':27")

«Obrigado, Senhor Presidente. Vou passar ao Senhor Vereador.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (01:24':32")

«Boa noite, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restante Mesa. Caros deputados. Caro público, aqui presente e quem nos segue lá em casa. Caros vereadores.

Bem, o que trazemos aqui, apenas para conhecimento, é os relatórios relativos ao ponto de situação dos contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia, à data de 20 de dezembro de 2023.

Portanto, nesta data, conforme os relatórios que nos foram apresentados e já aprovados em reunião de Câmara, a Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo apresentava uma taxa de execução de 97%. No entanto, por ainda não ter terminado a execução de todos os trabalhos prevê-se vir a ultrapassar os 100% propostos, já que as tarefas que apresenta, à data, apresenta um investimento adicional superior a 3 mil euros e que foi assumido pela Junta de Freguesia.

No caso da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, uma taxa de execução de 127%, que, não obstante também não ter concluído todas as obras previstas, reflete um investimento adicional de 13.800 euros, assumido pela Junta de Freguesia.

No caso da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, apresenta uma taxa de execução de 52%. Contudo, uma das obras que representa 16.67% do contrato transitou para o ano de 2024.

No caso da Junta de Freguesia de São Salvador, apresenta uma taxa de execução de 139% que, apesar de também não ter concluído todas as obras previstas, reflete um investimento adicional assumido pela junta na ordem dos 47.500 euros.

Bem, isto é o que me cumpre informar uma vez que todas as Juntas ainda não finalizaram a execução das obras previstas. Aquando dessa conclusão será apresentado no relatório, que depois também será aprovado em sede de Câmara e depois remetido para a Assembleia. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:26':45")

«Muito obrigado, Senhor Vereador. Vou então abrir a primeira ronda de inscrições, começando pelo PSD. Quem se inscreve? Temos o Augusto Rocha. Mais ninguém. Do

Chega? Não. Do Partido Socialista? Também não. Do “Unir Para Fazer”? Também não. Portanto, Augusto Rocha, por favor.

Augusto Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação / Grupo Municipal do PSD: (01:27:29”)

«Obrigado, Senhor Presidente. Boa noite à Mesa. Senhor Presidente da Câmara. Executivo. Público aqui presente. Público lá em casa. Aos colegas aqui de todas as bancadas. Boa noite a todos.

Antes de falar sobre o tema em si, só um preâmbulo aqui, duas ou três notas.

Primeiro vai aqui para o meu amigo Pedro Cristo, como não podia deixar de ser. Não sei se presta serviços em Assembleias de Freguesia. Mas eu, ao longo dos anos, tenho tido alguma dificuldade em explicar o saldo de gerência, principalmente à bancada do PS. E eu ponho-me na pele do nosso Presidente da Câmara, a tentar justificá-lo, porque eu passo pelas mesmas dores que ele. Mas a justificação do Pedro foi de tal forma diferente daquilo que costumo dizer. Podia ser que com ele já talvez o percebessem melhor que a mim.

A segunda nota, antes de falar nisto, é que fico contente também com as palavras do nosso Presidente da Câmara que, de certa forma, através dos fundos do PRR, demonstra a preocupação de quando recebemos o dinheiro, face às expectativas do custo da obra, não darem para cobrir depois o efetivo custo da obra. É as dores que nós temos quando assinamos estes contratos e de tal forma assim é que o resultado das Juntas, no grau de execução, é sempre superior, apesar da Câmara não dar os 100%, dar, em média, 85%. Nós, para além dos 15 que alocamos, depois colocamos muito mais e é sempre a discussão que temos aquando dos contratos. E é assim que o fazemos e fazemos de bom tom e de coração aberto quando negociamos com a Câmara, quando exigimos ou pedimos, neste caso, mais verbas e alterações ao contrato, não é por birra, nem porque queremos ter mais dinheiro.

Voltando ao saldo de gerência.

Não querendo estar aqui na questão da oposição que nós, enquanto Presidentes de Juntas, cá dentro, nesta Assembleia, não temos que fazer, mas gostava que, eventualmente, o Executivo da Câmara pensasse, e retirando e que percebo muito bem o compromisso assumido dos tais quase 5 milhões de euros que o Presidente focou, e bem, portanto, está lá no saldo de gerência, mas já está posto de parte para as obras, e assim eu percebo, eu sei que a oposição tem que fazer essa oposição, mas eu percebo perfeitamente aquilo que quer dizer. Mas ponha-se, por exemplo, na pele da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, excluindo isso, era como se a Câmara tivesse que passar com efetivo saldo de gerência de 600 mil euros. É duro, não é? Portanto, é isso que nós sentimos quando temos saldos mais baixos e depois temos que alavancar o contrato interadministrativo com mais saldo que aquilo que estava previsto.

A assinatura dos contratos correram bem, as exigências antigas mantêm-se, por parte das Juntas, quer no grau de 100%, que continuamos a entender, pelo menos no meu caso, que deveria ser a obra participada a 100% e não 85. Mas não foi tema de conversa, este ano. Penso que a Câmara manteve as indicações perante todas as Juntas, pelo menos com a minha foi assim, e foi, de certa forma, relativamente ao ano passado, também foi exatamente a mesma coisa.

Depois, novamente, no contrato de 2024, cá farei as observações que tiver de fazer.

Agora um pedido que eu tenho que eu tenho para fazer à Câmara porque não o fiz publicamente, em lado nenhum, e não gostei muito, e peço-lhe aqui publicamente para não voltar a fazer no contrato de 2024, porque se não terei que utilizar os mesmos meios, ou o Facebook, ou o órgão de comunicação social para o fazer, porque não gostei mesmo. E fui, de certa forma, abordado por pessoas a tentar perceber o que era. Não me parece correto, por parte do Executivo da Câmara, fazer a publicação das obras do contrato interadministrativo nas redes sociais da Câmara sem a Junta o ter feito. Acho que é... não chamaria de deslealdade autárquica porque é um contrato assinado pelas duas partes, mas não deveria ter feito. Eu nunca teria feito. No ano anterior foi feito de forma correta. Fomos visitar as obras depois concluídas, tirámos fotografias e as duas autarquias publicaram, em simultâneo ou com desfasamento de pouco tempo. Agora não me parece correto por parte da Câmara Municipal publicitar as obras, pelo menos as da Freguesia que represento, sem elas, em primeiro lugar, estarem concluídas e sem sequer eu ter feito qualquer publicação sobre as obras. O contrato diz que a Junta tem que publicitar as obras e dizer que é com apoio da Câmara. Eu ainda não o tinha feito. Portanto, não me parece que no contrato esteja lá a dizer que a Câmara tem que publicitar as obras. É uma falta de respeito. Não sei se foi no gabinete de marketing, se foi por indicação do Executivo da Câmara. Mas se foi à revelia do Executivo da Câmara ou sem o seu pedido, agradeço que não voltem a fazer, em 2024. Não me parece

eticamente correto. É a minha opinião pessoal. Eu não sou muito apologista, fã, de andar a fazer publicações nas redes sociais da Junta de Freguesia. Desde que fui para o Executivo da Junta de Freguesia, abstenho-me de fazer publicações no meu Facebook pessoal. A não ser em alturas de campanha eleitoral, em prol do partido que represento. Portanto, raramente me veem a fazer publicações na minha rede pessoal, muito raramente o faço. É porque entendo que devemos preservar algum distanciamento entre o Executivo e as funções que representamos e a nossa vida pessoal. Mas cada um gera sua página pessoal da forma que entende. Agora volto a pedir ao Executivo que não volte a fazê-lo. Se assim o entender pode fazer, mas se o fizer tem, da minha parte, a resposta pela mesma via. Obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:34':50")

«Muito obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:34':56")

«Senhor Presidente, vou passar agora ao Senhor Vereador para dar as respostas.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (01:35':02")

«Caro Presidente, obrigado. Penso que também houve aqui já alguns comentários sobre o ponto seguinte que deixarei então para o ponto 4.

Eu refiro, uma vez mais, aquilo que já defendemos. É que a questão das Juntas poderem investir mais é sinónimo que aqueles projetos que escolheram, porque a escolha dos projetos é discutida em conjunto e regra geral são mesmo os projetos que a Junta pretende executar, são os que depois aparecem nos contratos para depois os executarem.

Portanto, se as Juntas depois acabam por ter um investimento maior, eu recorro que a maior parte dos projetos acabam por ter um investimento maior porque o entusiasmo é maior e depois querem ir mais além. Portanto, isso deixa-nos satisfeitos porque desenvolvem mais o projeto para além daquilo a que se tinham proposto.

De qualquer forma, também recorro que, em momento algum, demarcámo-nos de poder assumir mais investimento. Inclusivamente, até referi que, no caso da Gafanha da Nazaré, até houve um projeto que passou para o ano seguinte. Portanto, como estivemos sempre, estaremos cá sempre para discutir convosco todas essas questões.

Relativamente às redes sociais, aquilo que tenho que lhe dizer, pronto, não esperava ouvir isto, aqui, nesta Assembleia, mas fica o registo, até porque temos uma relação muito próxima. Ainda esta semana trocámos mensagens e que me manda sempre uma mensagem com tudo o que precisa. Portanto, estamos à distância de uma simples mensagem. De qualquer forma, também pronto se houve aqui alguma falha de deslealdade, que entenda que foi deslealdade, lamento que tenha acontecido e não o sinta dessa forma que jamais era essa a intenção.

Todavia, também não podemos esquecer que estas obras, 85% pelo menos, é investimento da Câmara. Portanto, também não compreendo a falta de legitimidade e o podermos fazer, quando até são do espaço público e, se não me engano, até algumas dessas fotografias foram mesmo fornecidas pelo Senhor Presidente. Portanto, as nossas desculpas sobre algum mau entendimento que não era esse o propósito.

Até o propósito é, e como é sempre, engrandecer o trabalho que é feito e, neste caso, o trabalho que foi desenvolvido pelas diferentes Juntas de Freguesia. Obrigado, Senhor Presidente.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:37':36")

«Muito obrigado, Senhor Vereador. Eu vou partilhar aquilo que o senhor Vereador também lhe disse e digo-lhe o mesmo. Ainda teve a oportunidade de mandar uma mensagem, há meia dúzia de dias. Não percebo, não faço ideia se falhámos. Estamos sempre a tempo de corrigir ou a tempo de melhorar, mas não vejo este problema como um problema para se discutir numa Assembleia ou outra coisa qualquer, se o Senhor entende. Já também tive algumas referências aos convites que enviei. Já tive o cuidado de ver desses 10 convites ou 12, possivelmente também pouca gente recebeu esse convite porque não existiram convites. A não ser se houvesse a título especial alguma coisa, mas também esclarecerei em reunião individual todas essas situações de futuro para que a nossa equipa se articule completamente para que esses problemas não sejam referência. Acho eu, não faz muito sentido na nossa Assembleia estarmos a referir isso, mas muito bem, cada um fica com as suas posições e com as suas referências. E, portanto, nós, Executivo, temos que nos manter calmos e sabemos sobre essas questões. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:38:40")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou abrir uma segunda ronda de inscrições. Do PSD? Augusto Rocha, a Margarida e também o Luís Diamantino. Do Chega? Do Partido Socialista não há inscrições. Do 'Unir Para Fazer? José Pinto Reis e o Senhor Presidente João Braga. Muito bem, vamos começar então pelo Augusto Rocha, por favor.»

Augusto Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação / Grupo Municipal do PSD: (01:39:31")

«Ora boa noite, novamente. A resposta para o Executivo da Câmara. Eu só referi... e falamos e temos. Eu continuo a dizer, a relação institucional e autárquica entre as duas Instituições não tenho nada a obviar, nem a falar. O que preciso trato como como Vice-Presidente e quando há algum assunto que eu entendo que deva tratar diretamente com o nosso Presidente assim o faço, ou em simultâneo com os dois, mando mensagem aos dois quando acho que o deva fazer. Normalmente trato de tudo e a relação é boa e as respostas também. Trouxe este assunto aqui porque é precisamente relativamente ao tema que estamos a falar, que é relativamente ao contrato anterior. Nunca me viram publicamente, na minha rede pessoal ou na Junta de Freguesia a fazer, nem publicamente em meios, nem aqui o faço, de outras coisas que menos gosto relativamente à postura que a Câmara tem perante mim e perante a Junta. E não o farei. Mas se quiserem saber o que eu menos gosto, estou à vontade para vos dizer e são várias as coisas, está bem? Portanto... mas não o farei aqui, Só o fiz aqui porque dizia respeito ao tema que estávamos a falar. E só peço que não façam. Têm toda a legitimidade para fazer, a página é vossa, como participaram com o dinheiro. Acho que não parece bem. Eu se convidado alguém para a minha casa e alguém traz uma garrafa de vinho para o jantar, o mais correto é eu, no final do jantar, fazer uma publicação "fulano tal veio à minha casa e trouxe uma garrafa de vinho". Não é a pessoa que vem trazer a garrafa de vinho que me visita "eu fui comer a casa do Augusto, mas levei uma garrafa de vinho". Acho que não parece bem.»

Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação / Grupo Municipal do PSD: (01:42:01")

«Ora boa noite, mais uma vez. Eu lembrei-me, com a intervenção de Augusto, que, e já que estamos a analisar o relatório, que não houve oportunidade de fazermos a visita no terreno no dia que estava previsto, estava muito mau tempo, tivemos que desmarcar. Não foi possível o Executivo da Câmara Municipal de ir fazer a visita às obras da Gafanha do Carmo e isso traz-me aqui para dizer que, certamente, estará para breve a inauguração do Centro Cívico. E, se calhar, deixava já aqui o desafio de conciliar, até, as duas inaugurações, tanto do Centro Cívico como duma obra do contrato interadministrativo do ano passado que é o parque infantil. Portanto, Senhor Presidente, se calhar, já que não houve possibilidade da visita, por causa do mau tempo, aproveitamos, agora, e fazemos dois em um e poupamos trabalho. Era só isso.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (01:43:23")

«Obrigada, Senhor Presidente. Eu estou a ficar um bocado baralhada. Eu agora consegui ficar baralhada porque nós também não podemos confundir os munícipes quando falamos em saldo de gerência com a execução de contratos administrativos. Isto, às vezes, pode trazer confusão. O Presidente da Junta da Gafanha da Encarnação falou na questão do Pedro Cristo poder dar parecer às Juntas de Freguesia. O Pedro Cristo é deputado municipal, portanto, é aqui que tem que opinar. E relativamente ao saldo de gerência nós já falámos sobre isso, atrás, acho que não podemos confundir, de facto, quem nos está o ouvir. Peço desculpa, mas é se queremos falar de coisa... e depois, é mensagens, é publicações. Isto... A mim o que me preocupa, no ponto da ordem, porque... pronto, as mensagens, é o recato, é as redes sociais, mas não cabe a mim fazer essa avaliação. A mim o que me preocupa é ver as execuções que estão nos contratos administrativos. E curiosamente, como a obra na Gafanha de Nazaré o Executivo cumpre, daquilo que eu percebo, vai cumprindo a sua parte, mas, de facto, aquilo que é o dia a dia... E, aqui, coloco a questão, são as verbas que não foram adiantadas à Junta de Freguesia? Estão a exigir que haja mais execução de obra? Porque esta questão de haver uma execução de obra de 52%, pronto, nós podemos ir dizer "é para o próximo ano" e as coisas vão ser sempre para o próximo ano. Eu vou ser clara porque as pessoas falam nisto e tem que haver esclarecimento.

Relativamente à questão da renovação do telhado do edifício da Junta de Freguesia, pronto tem impacto para a Junta de Freguesia, mas a questão dos passeios na rua Padre Américo e na rua Afonso De Albuquerque, estar aqui o apoio da Câmara Municipal e se formos a ver, em termos de execução, o que está de investimento 14 e 17%, há aqui qualquer coisa que não estou a compreender porque estava previsto. E nós vamos ver a execução é zero. E eu gostava de ter uma justificação porque é que é zero? As águas pluviais é zero. O que é que se passou aqui? Eu como como cidadã desta freguesia, porque, diz mesmo, apresenta uma taxa de execução de 52%, eu tenho que perceber porque é que daquilo que estava previsto, nomeadamente em termos percentuais de investimento da Junta de Freguesia, é uma coisa, o apoio é outro, e depois eu vou ver aquilo que interessa às pessoas, o executado, aparece zero euros. E depois existe aqui uma percentagem de apoio da Câmara Municipal de 110%? Será zero euros. E falo claro. Manutenção da extensão da rede de águas pluviais, limpeza e manutenção das valas hidráulicas, zero euros investimento da Junta de Freguesia. Apoio da Câmara Municipal, 3.500 euros. 110%, se somarmos as outras três rubricas. Isto a mim... depois vejo que apresenta a Junta de Freguesia da Gafanha Nazaré, a bold, apresenta uma taxa de execução de 52%. Temos que explicar isto aos munícipes.

A reabilitação da Capela das Almas, investimento da Junta de Freguesia zero euros. Foi mesmo assim, Senhor Presidente? Foi mesmo assim? Quando a taxa de execução, afinal, foi 64 do valor total e o apoio da Câmara Municipal foi 121. Há aqui, continuamos aqui a jogar com as percentagens. E estes documentos, os municípios têm que entender o porquê disto. Porque existe, depois, uma disparidade muito grande para a Junta de Freguesia São Salvador e depois há de haver pessoas da Gafanha da Nazaré que dizem que São Salvador tem mais execução porque é mais beneficiada ou a Gafanha da Encarnação tem mais execução porque é mais beneficiada e as pessoas Gafanha da Nazaré estão a ser esquecidas. E vice-versa. E precisamos de perceber o que é que se passou aqui. Porque já houve aqui questões colocadas, e não é ao Presidente de Junta da Gafanha da Nazaré que eu tenho que perguntar, porque ele também já lhe fez as perguntas e o Senhor Presidente de Câmara não respondeu, na sessão anterior. Isso também está gravado. O Senhor Presidente, se quiser responder a estas minhas dúvidas. Porque é assim, eu tenho alguma dificuldade de perceber este percentual de execução com um contrato de investimentos previstos. De facto, não dá para perceber. Mas no apoio à Câmara estão 110%. Investimento da Junta zero. Não dá para perceber. Mas a Câmara Municipal entregou estas verbas à Junta de Freguesia? Executou mesmo? É que ninguém as vê no terreno.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento “Unir Para Fazer”: (01:51:15”)

«Boa noite a todos. Boa noite, Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara.

Só uma nota ao Augusto. Infelizmente, o orçamento da Junta não é de 3 milhões, puseste um zerinho a mais. Passarias com um saldo de gerência de 60 mil e não de 600 mil, se fosse a mesma percentagem. Mas isso é um pormenor, é só um pequeno aparte.

Eu aproveitava este ponto para fazer um reconhecimento ao desempenho que tem sido feito, porque também é isso que se impõe, o desempenho que tem sido feito na Junta de Freguesia de São Salvador pelo nosso colega João Braga que apresentou um contrato interadministrativo recheado de obras, de diferentes âmbitos, vocacionadas para a população, realizadas com pessoal do quadro da própria autarquia, com uma boa taxa de execução. E que não impede de ter, em simultâneo, tudo aquilo que é a atividade normal, e que não está envolvida neste contrato interadministrativo, nomeadamente com as animações do magusto, das animações de Carnaval, as animações do Natal, que permitem também que as Associações participem e vejam algumas receitas de todas essas atividades. É no fundo um reconhecimento público daquilo que tem sido um bom trabalho de um Executivo de alguém que é do “Unir Para Fazer” e que tem honrado estes contratos interadministrativos de forma exemplar. Fazer reconhecimento disso, penso que é também nossa função. Muito obrigado.»

João Braga, Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador / Grupo Municipal do Movimento “Unir Para Fazer”: (01:53:39”)

«Muito boa noite a todos. Antes de mais cumprimentar o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara e o seu Executivo, todos os Deputados, todo o público cá presente e todo o público lá em casa.

Eu vinha aqui para dizer umas palavras relativamente à Freguesia de São Salvador, o Pinto Reis fez questão de vir primeiro que eu, pronto, fico aqui um bocado pendurado.

O que me traz aqui antes de mais era agradecer o contato permanente que tivemos com o senhor Vereador João Semedo e o Presidente e os restantes, relativamente à Junta de Freguesia de São Salvador e o acompanhamento que foi feito durante este ano.

Gostava também de deixar saliente, e volto a lembrar, apesar deste contrato interadministrativo 2023 ser tardio, como foi, toda a gente sabe que foi tardio, os meus colegas também, que no ano passado assinámos o contrato em abril, o que nos leva a uma corrida permanente contra o tempo para que isto tudo se execute.

E voltando um bocadinho atrás, eu há precisamente um ano atrás, se calhar estava aqui a dizer que o ano anterior correu bem, não saberia como iria correr o próximo e em abril, literalmente, assustei-me, a Junta de Freguesia assustou-se, porque à quantidade de obras que tínhamos, mais ou menos 12, o tempo era apertado. Felizmente conseguimos ultrapassar esse tempo e realizar a maioria das obras. Algumas delas estão para inaugurar, é esse o pormenor final, e também dada a grandeza das obras.

Ouvi aqui a deputada Margarida também falar na receção dos valores. Eu acho que os meus colegas, portanto, como eu, recebemos o valor em duas tranches. Acho que recebemos ambos ao mesmo tempo, presumo eu. Eu recebi duas tranches. O Augusto está a acenar com a cabeça e presumo que o Carlos também deve ter recebido o valor. Acho que não há dúvidas que toda a gente recebeu o dinheiro, que, se não, a obra também não estava feita.

O que é que eu gostava de deixar aqui bem claro, como o Pinto Reis fez questão de frisar. Os nossos investimentos da Junta de Freguesia São Salvador, arrisco-me, aqui, a dizer e também não querendo falar deste ano, mais de 90% é investimento para a nossa comunidade, ou seja, tudo o que são instalações da nossa Junta de Freguesia ou outros investimentos que que tenhamos que fazer nós não usamos, literalmente, esse valor. O valor que nos é atribuído está na rua para os nossos fregueses. Temos noção do investimento que fizemos, o que fazemos a mais e o que ainda fizemos a mais que corresponde à taxa de execução que tivemos na realidade este ano, que nem eu próprio sabia que ia ser tanto, mas pronto. Foi um investimento a mais de 47 mil euros, que nós fizemos e que muito nos gratifica e certamente a comunidade nos agradece.

Mais um pormenor. A valorização da nossa equipa, que nós temos na Junta de Freguesia, acima de tudo, obras feitas por nós, pelos nossos próprios recursos humanos, não há qualquer contratação, e congratulamos por isso e ficamos muito contentes por chegarmos ao fim de 2023 com o alcançar destes objetivos, destes compromissos. E, acima de tudo, termos um razoável, ou mesmo, um bom saldo de gerência. Um bom saldo de gerência não quer dizer que tenhamos dinheiro a mais, porque muitas das vezes esse valor vai-nos ser preciso para nós investirmos e, na realidade, termos esse valor investido no terreno.

Há pouco tempo, há relativamente pouco tempo, e os meus colegas, alguns, também estiveram no Congresso da ANAFRE, é completamente usual os saldos de gerência serem mais altos. É bom sinal, é sinal que se tivermos ou se precisarmos de algum equipamento ou de algum investimento que não estejamos a contar, na realidade, tenhamos esse valor.

Eu tive a felicidade do autarca anterior me deixar um saldo de gerência razoável, que usámos, mas, felizmente, também sentimos, por outros meios, que vamos recebendo outros valores e atualmente até temos um bom saldo de gerência. E ainda bem que o temos. É sinal que quando precisarmos, ele está lá, em prol sempre da nossa comunidade e, acima de tudo, isso.

Também deixar aqui um ponto claro que nos congratulamos de chegar ao final com estes objetivos e estes compromissos adquiridos para a nossa Comunidade, e, acima de tudo, deixar aqui uma coisa muito importante que, para quem é novo nisto e foi bem-educado, se assim posso dizer, vou aprendendo. O equilíbrio orçamental, nestas coisas, é algo muito importante e ficamos felizes por ter novamente um equilíbrio orçamental na ordem dos 88%, em que esse saldo de gerência faz com que esse equilíbrio orçamental exista. E isso é muito importante. Muito obrigado a todos.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (01:58:53")

«Muito obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (01:59:01")

«Eu não resisto só uma coisa antes de o Senhor Vereador falar, que é uma coisa engraçada. Eu, por acaso, estou do lado das freguesias num ponto que foi discutido no vosso último Congresso, que é dos 3% referente ao IMI Urbano. E até ouvi falar em 20, mas os 3 acho que já é importante. É mais um decréscimo naquilo que são as receitas que o município possa ter e que passa diretamente para as Juntas de Freguesia. Se isso vai acontecer ou não? Não sei. Mas deixaria agora o resto das respostas para o senhor Vereador. Faz favor»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (01:59:01”)

«Obrigado, Senhor Presidente. Bem, eu acho que devemos encerrar esta questão com a Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação e deixarmos isso, então, para outros fóruns que farei questão depois esclarecer com o Senhor Presidente, até porque não percebi essa essa referência a eventuais páginas pessoais. Certamente que não é minha. Quanto a isso, estou bem descansado, sei de que forma me posiciono nas redes sociais e quias as que utilizo com maior intensidade.

Relativamente ao Senhor Presidente da Gafanha do Carmo, da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, agradecer o convite que nos faz e parece-nos muito oportuno. De facto, éramos para fazer esta ação no dia de amanhã, mas depois, quando verificámos as agendas, percebemos que ia ser incompatível com algumas agendas e amanhã será um dia especial para si, certamente, desde já as felicitações.

Relativamente à Senhora Deputada Margarida Alves. Vamos ver se eu consigo explicar de uma forma muito clara, mas não vou deixar de aproveitar para lhe referir que, felizmente, que estamos a discutir esta eventual incongruência, se é que assim o entende, nos relatórios, porque, de facto, hoje, podemos discutir estas informações todas porque elas vêm à discussão, não só à reunião de Câmara, como vêm à Assembleia Municipal e porque os relatórios estão sistematizados e etc., etc., etc.

O que acontece, e aquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador já fez o favor de informar, é que, de facto, a Câmara fez a transferência das verbas para as Juntas de Freguesia. Portanto, hoje, falaram, ou tentaram-se comparar estes contratos a outras formas de financiamento, nomeadamente aos municípios como o PRR, mas estes contratos ainda vão além do PRR porque nós antecipamos as verbas. Portanto, isso é que é importante aqui referirmos. De facto, quando nós vemos os tais 121% que refere, estas taxas são calculadas, única e exclusivamente, com a informação que vem nos relatórios. E porque é que são 128%? Porque a informação que nós tínhamos para esta obra era de um investimento na ordem dos 13 mil euros. Estamos a falar concretamente, para que todos percebam, a obra da recuperação da Capela das Almas, no cemitério da Gafanha da Nazaré. De facto, o valor que estava previsto no contrato eram 13 mil euros, sendo que o investimento da Junta seria de 3 mil euros e o apoio da Câmara de 10 mil euros. Uma vez que o valor que a Junta de Freguesia, à data do relatório, portanto, a 20 de dezembro, totalizava 8.282,44 euros, a taxa de execução, portanto, desta obra era de 64%. Mas porque é que o investimento da Junta é 0% e o da Câmara é de 121? Porque foram executados 8.282 e a Câmara, para esta obra, já financiou 10 mil euros. Portanto, financiou mais e daí virem estas contas. De qualquer forma, foi este o cálculo. Portanto, é isto que me compete responder porque fui eu que elaborei esta proposta.

Quanto ao que referiu do motivo das obras poderem estar executadas ou terem transitado para outros anos. Eu não quero passar por cima do senhor Presidente da Junta de Freguesia, mas vou ser muito sucinto e o Senhor Presidente, depois, nem que seja no ponto 5, se entender corrigir-me, se eu estiver errado ou se tiver dito alguma coisa que não esteja correta, peço, por favor, que me corrija e lamento já qualquer incorreção. De facto, quando se realizam estes contratos, eles são elaborados com base em estimativas orçamentais. Portanto, estimaram-se para estas obras determinado valor. No entanto, neste caso concreto, as obras dos tramos de passeios na rua Padre Américo e a obra dos tramos de passeios na rua Afonso Albuquerque, quando a Junta de Freguesia orçamentou, depois, as obras e já teve mesmo propostas, verificou que os custos seriam muito superiores àqueles que tinham estimado. Portanto, teve que tomar opções, reuniu connosco e verificou-se que, de facto, o valor não chegava para fazer. E foi decidido, até por proposta da Junta, fazer uma das obras em detrimento da outra que, depois, transitaria para o ano seguinte. E foi isso que aconteceu. Portanto, depois, nessa reunião, decidiu-se avançar então com a rua Padre Américo e depois, em 2024, a iniciar-se-ia a da rua Afonso de Albuquerque. E o próprio contrato para 2024, que discutiremos a seguir, terá previsto um reforço de verba para essa obra. Portanto, foi isso que aconteceu, neste caso bem concreto.

Relativamente às questões referenciadas pelo Senhor José Pinto Reis, não tenho muito a dizer porque foram referências à Junta de Freguesia de São Salvador, ao Senhor Presidente João Braga, portanto, agradecer as palavras e faço aqui referência que o tratamento que é dado ao Senhor Presidente João Braga é o mesmo que é dado aos outros presidentes. E os recursos que são fornecidos à Junta de Freguesia de São Salvador também são disponibilizados, da mesma forma, às outras juntas, muitas vezes até as outras juntas até pela sua dimensão, neste caso, menor dimensão, até costumam absorver mais recursos, como é normal, mas a disponibilidade é a mesma, exatamente, para todas as Juntas. Portanto, muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:05:37")

«Concluídas todas as intervenções delibero que foi tomado conhecimento do 4.º relatório de execução dos contratos interadministrativos com as juntas de freguesia para o ano de 2023.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:05:50")

«Proponho fazermos um intervalo de 10 minutos, está bem? Até já.»

Os trabalhos foram interrompidos, por decisão do Presidente da Mesa da Assembleia, às 23:06.

A reunião foi retomada às 23:19.

Ponto 4. "Minutas dos Contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2024".

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:18:58")

«Minhas Senhoras e meus Senhores, por favor. Vamos reiniciar os trabalhos. E seguimos para o último ponto da ordem do dia, o ponto 4: "Deliberação sobre as propostas de minutas dos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2024". E começo por dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:19:35")

«Obrigado, Senhor Presidente. Aproveito, porque ainda não o fiz antes, eu fui cumprimentar pessoalmente, mas a comunicação social também presente. Passava ao Senhor Vereador para uma explicação inicial desta proposta de deliberação.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (02:19:49")

«Obrigado, Senhor Presidente. O que trazemos a esta Assembleia são propostas de contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia para 2024.

Em termos gerais e são semelhantes aos contratos de 2023. Contudo, em 2024, verifica-se um aumento de 15%, que já estava previsto nas Grandes Opções do Plano para 2020, e que resulta num valor global final de 276.000 euros, face aos 240.000 financiados em 2023. A este valor acresce ainda mais 20.000 euros, à semelhança também de 2023, para os trabalhos no âmbito da sustentabilidade ambiental, nomeadamente no que respeita à construção, melhoria e manutenção de espaços para colocação de pontos de recolha de resíduos. Os critérios de distribuição destes 20.000 euros também são semelhantes aos de 2023.

E, depois, acresce também, como em 2023, um investimento de 10.000 euros em compressores que serão distribuídos, também, pelas várias freguesias. Portanto, o valor global investido pelo Município de Ílhavo em 2024, nas Juntas de Freguesia, ascende a 306.000 euros.

No caso da Freguesia da Gafanha do Carmo, o investimento será de 21.252 euros para a execução de projetos. Terá como projetos a reabilitação da cobertura e das fachadas do edifício sede da Junta de Freguesia e a reabilitação do telhado fachadas interior da capela do cemitério.

No caso da Gafanha da Encarnação, o investimento será de 44.160 euros e os projetos serão à aquisição e instalação de equipamentos para o Salão Cultural Manuel das Neves, cadeiras, sistema de som, equipamento para o bar de apoio; a aquisição e instalação de parque infantil na rua da escola; a construção e manutenção de passeios e um investimento na manutenção de caminhos, onde se inclui o caminho do Praião.

No caso da Gafanha da Nazaré, o investimento será de 98.256 euros. Os projetos serão a pintura exterior do edifício sede da Junta e o complemento referido no ponto anterior para a execução da construção de passeios na rua Afonso De Albuquerque. Será também apoiada a aquisição de uma viatura ligeira mista. Outros projetos será a manutenção de caminhos e becos; a construção de passeios; um investimento na manutenção do cemitério;

investimentos na manutenção e extensão da rede de águas pluviais e manutenção de valas hidráulicas; e, por último, a manutenção e aplicação de árvores em caldeira.

No caso da Junta de Freguesia de São Salvador, o investimento ascende a 112.332 euros e os projetos serão a substituição da cobertura do terrado do Mercado de Ílhavo; a reabilitação do campo de jogos do parque da Carvalheira; a construção da cobertura com lonas sobre a área de restauração do recinto da Feira dos 13, na Murteira; a construção do ramal de eletricidade para o mesmo Recinto da Feira dos 13; a manutenção de parques de lazer; a manutenção de caminhos; a recuperação do percurso pedestre entre a barquinha e a Vista Alegre; investimento na proteção das margens da Ria. Será também apoiado os investimentos na manutenção e a extensão da rede de águas pluviais e limpeza ou manutenção de valas hidráulicas; investimentos no cemitério, no armazém e no edifício sede da Junta. Haverá também apoio para a construção de passeios e para a manutenção e aplicação de árvores em caldeira.

Portanto, estes serão os projetos que trazemos aqui para deliberação desta Assembleia Municipal. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:24':27")

«Muito obrigado. Vou abrir a primeira ronda de inscrições. Muito bem, Senhor Armando Loureiro. Partido Socialista? A Diana. Do "Unir"? Pedro Cristo. Do PSD? Temos o Carlos António, o Augusto Rocha e o Luís Diamantino.

Muito bem. Vamos então começar pelo Senhor Armando Loureiro.»

Armando Loureiro, Grupo Municipal do Partido Chega: (02:25':16")

«Então, mais uma vez, muito boa noite. Agora sim, peço desculpa porque não tinha a folhinha da Ordem do Dia. Então, mais uma vez, esta Assembleia é confrontada com uma deliberação em que nos sentimos reféns deste Executivo. Pois vejamos, se votarmos contra estas proposta as Juntas de Freguesia não vão ser apoiadas financeiramente. Então, só nos resta a abstenção ou aprovar um mau contrato de cooperação financeira entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.

É de salutar um aumento das verbas destinadas ao apoio financeiro das Juntas de Freguesia em cerca de 15%, em comparação com o ano anterior. Mas, no entanto, entendemos que, com a dificuldade que a Câmara tem tido em pôr em marcha os vários projetos, muito devido à falta de recursos humanos e materiais e/ou decisões dependentes de terceiros, como é o caso da rede de carga elétrica para carros. A Câmara podia e devia adjudicar mais recursos financeiros às diferentes Juntas e assim fazer mais obra em prol dos munícipes. Afinal, este contrato contempla a obrigação das Juntas de Freguesia em divulgar e publicar que as obras e intervenções nos diversos locais estão a ser executadas com verbas da Câmara Municipal. Somos de acordo com a execução de relatórios, por parte das Juntas de Freguesia. Afinal, estamos a falar em aplicar dinheiro dos contribuintes e é preciso critérios e escrutínio, ainda que contra a vontade dos diferentes presidentes de Junta que alegam ser uma burocracia desnecessária. E já aqui se manifestaram, por várias vezes, contra tal regra e seu desagrado. Gostaríamos também de ouvir uma explicação por parte do senhor Presidente da Câmara o porquê da disparidade de valores a financiar a cada uma das Juntas de Freguesia. Porquê? A Junta de Freguesia São Salvador vai receber a maior fatia do bolo, quando nós entendemos que há muito mais coisas a fazer nas regiões abrangidas pelas restantes Juntas. Muito obrigado.»

Diana Gandarinho, Grupo Municipal do PS: (02:28':01")

«Boa noite aos digníssimos presentes e quem nos assiste em linha. Já podia ter começado a fazer esta intervenção na atividade municipal, visto que isto também constava lá. Optei por deixar para este ponto, já que ainda se ia discutir o saldo. É claro que esta intervenção também vem sempre contextualizada dentro daquilo que é o saldo de gerência, dentro do momento financeiro que a Câmara está a viver. Portanto, lá chegarei.

Em primeiro lugar, queria destacar positivamente o ajuste no cronograma da elaboração dos protocolos. Acho que até já foi aqui falado, hoje. Isso é uma vantagem, o trabalho iniciar-se mais cedo de preparação também permite que as nossas Juntas de Freguesia possam iniciar mais cedo a execução.

O Partido Socialista, quanto a este ponto, já se posicionou em alguns locais e eu, no fundo, venho reforçar aqui essa mensagem que é importante nós transmitirmos e fazermos esta análise. Os aumentos que nós estamos aqui a falar, a atualização de 15% face ao valor que

vigorava desde 2021, ela rapidamente se dissolve na realidade, quando nós consideramos o contexto que estamos a viver, quando consideramos a inflação, quando consideramos o aumento dos custos com a construção civil e as dificuldades que estamos a encontrar, entre outras, que já se falaram aqui nesta Assembleia. E, de facto, parece que este aumento dos 15% acaba por não trazer margem para muito mais. E enquanto na atividade municipal se afirmava que este valor vinha dotar as Juntas de Freguesia de meios para desenvolverem projetos mais ambiciosos, mais projetos cada vez mais ambiciosos, fica sempre esta questão de que este valor, este aumento, por muito bom que ele seja, é difícil que ele possa permitir desenvolver projetos mais ambiciosos quando ele se dissolve assim no contexto socioeconómico que estamos a viver.

Neste cenário, e agora sim, entra aqui a questão do ponto 2 e do saldo, que, neste cenário em que a Câmara tem a capacidade financeira para dar mais apoio, não apresentando projetos que nós estejamos a ver que vão comprometer essa estabilidade financeira, ainda que hoje tenham dito que tem aqui algum dinheiro alocado, ainda assim, há margem para aumentar o investimento. É estranho que não se faça este investimento maior. Ainda hoje se falou, aqui, acho que o Flor Agostinho que falou também nesta opção, de investir mais dinheiro nas Juntas. Falou, agora o colega do Chega, acho que já se falou até, por várias vezes, em vários pontos. Eu agora pegava, até, aqui, no que foi falado na rádio, no debate político, isto não é sobre criar grandes expectativas de investimento que depois não podem ser sustentadas no tempo. Isto é sobre, penso que foi o Senhor Pinto Reis que disse isto na rádio, penso eu, é sobre colocar o dinheiro dos municípios ao serviço dos municípios, em vez de o manter em saldo. Essa é a nossa perspetiva e se nós reconhecemos unanimemente a importância das Juntas de Freguesia na proximidade que elas têm com as pessoas e por serem profundos conhecedores dos problemas e dificuldades que as pessoas estão a viver, dos problemas mais prementes, se temos nós a possibilidade de, realmente apoiar mais, e queremos também que eles façam projetos mais ambiciosos, deveríamos estar a fazê-lo. Obrigado.»

Pedro Cristo, Grupo Municipal do Movimento “Unir Para Fazer”: (02:31:39”)

«Senhor Presidente e restante Mesa. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Caros colegas, novamente, e todos que nos assistem.

Só vinha aqui dar uma palavra e congratular-nos, penso que todos, dado que gostei de ouvir as palavras do Executivo, de todos os membros do Executivo, quando foi a decisão de aprovar estes contratos interadministrativos. E porquê? Porque é importante evidenciar que estamos, neste momento, em fevereiro, quando eles foram aprovados já foi anteriormente. Estamos a melhorar e isso foi uma situação que temos que elevar, esta capacidade de, rapidamente, termos os contratos para que os Executivos das Juntas de Freguesia rapidamente ponham os seus projetos a andar para a frente, para bem de todos os fregueses. Gostava de, e para terminar a minha intervenção, de saudar o Luís Diamantino pelas novas funções. Sei que não será fácil, eu comprei uns galos, há pouco tempo, e sei como é que eles estão lá no capoeiro, mas era só lhe dar uma nota que, tendo um dos objetivos, renovar as listas com abertura aos independentes, é só dizer que, em Ilhavo, os independentes estão no UPF.»

Carlos António Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré / Grupo Municipal do PSD: (02:33:39”)

«Boa noite a todos. Cumprimentar, naturalmente, o Senhor Presidente da Mesa e a Mesa. Cumprimentar o senhor Presidente da Câmara e Vereação. Caros membros da Assembleia de Freguesia. Público que nos assiste. À comunicação social e também a quem está em causa a seguir-nos.

Naturalmente que fora deste ponto, mas integrado neste ponto, permitam-me que faça duas ou três explicações sobre aquilo que foi aqui dito. E até sobre aquilo que foi a interpelação que a minha colega de bancada, Margarida, fez. Deixem-me que vos diga que é com toda a tranquilidade que estou, neste posto, a defender os 52% do relatório da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré.

De facto, estes relatórios, que hoje permitem aquilo que não permitiam os relatórios que fazíamos no passado, traduzem esta coisa de colocarmos os números conforme pretendemos, dentro da objetividade que os números têm, 1+1 ainda acho que são 2 em todo lado, e, portanto, depende da forma como se leem esses números. Os 52% que nós apresentámos na execução do nosso relatório, é precisamente aquilo que, à data desse relatório, 20 de dezembro de 2023, estava executado e pronto a colocar nesse relatório. E como nós não temos por hábito inventar números ou atirar números para a frente que depois possam vir a trazer-nos problemas adiante, estamos de consciência profundamente tranquila

e não andamos aqui de corda ao pescoço a pedir o que quer que seja, para podermos apresentar dados que depois nos possam vir a prejudicar no futuro.

Uma garantia eu posso dar à Câmara Municipal e a esta Assembleia é que quando o relatório final, referente a 2023, for entregue à Câmara, e não faltaram muitos dias para que isso aconteça, porque terminámos a última obra, que estava contemplada nessa circunstância, à uma semana, ou melhor, ainda não terminamos, ainda falta um complemento que já não interfere para o custo desta obra, e, portanto, consideramos finalizada, quando entregarmos esse relatório vai ultrapassar seguramente aquilo que foram os valores que a Câmara disponibilizou à Junta de Freguesia e estamos de consciência tranquila sobre esta matéria. Porque na boa ligação que temos com a Câmara, fomos falando sempre com o senhor Vereador para as Freguesias, e com o Senhor Presidente da Câmara em particular, dando nota da evolução das obras, dando conta de como é que estavam as coisas a ser tratadas, e informando do que se estava a passar.

A Capela das Almas tem 121% de investimento da Câmara Municipal, porque, à data de 20 de dezembro, faltava a outra parte daquilo que foi investido na capela. Faltava um valor significativo que, quando for apresentado no último relatório, a Câmara não vai ter os, não tenho de cabeça, se eram 85, se eram 50, se eram 60, se eram 70, esse era um problema que nós tínhamos no passado, agora não vamos ter, mas, seguramente, aquilo que é a percentagem que a Câmara nos deu vai estar contemplada e vai estar extravasada muito acima por aquilo que a Junta de Freguesia suportou, porque apenas no relatório a 20 de dezembro entregámos o que estava, de facto, terminado na Capela das Almas.

Quanto à rua Padre Américo. Veja-se... tínhamos uma orçamentação feita, tínhamos um projeto feito e já com a execução da última fase da obra, que foi a passadeira elevada junto à escola, por proposta da Câmara, e bem, tivemos que esticar em mais 45 m², valor que não estava orçamentado, trabalho que não estava previsto no tempo e que tivemos que fazer e tivemos que dar resposta em tempo útil para a obra ficar, de facto, com melhor qualidade do que aquela que tinha e que não estava prevista inicialmente. Portanto, há aqui uma série de coisas que é preciso olhar para além destes 52% do relatório e que é preciso estar tranquilo e à vontade e por dentro deles, e nós e a Câmara estamos, porque sempre comunicámos estas coisas à Câmara. Da mesma forma que, em face daquilo que foi o valor orçamentado para uma obra que nós não queríamos fazer, a obra da rua Afonso Albuquerque, no interadministrativo do ano passado, teve que haver este ano um acréscimo de 11.000 euros para poder dar complemento à obra. E vamos ver se chega. Portanto, estas coisas são assim, temos que olhar para estes números com a condição que eles têm.

E acho que devemos ser não tão veementes na forma como explicitamos, a *bold*, os 52%, mas sim ter em consciência aquilo que, de facto, acontece na prática, aquilo que, de facto, é conversado, aquilo que, de facto, é de conhecimento de todos nós e que nos permite ter uma consciência daquilo que é a prestação de cada Junta de Freguesia, a seu momento. Portanto, parece-me importante fazer este esclarecimento.

E já agora dizer só, caro Vereador das Freguesias, permita-me que lhe diga. O nosso entusiasmo, no caso da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, não nos obriga a gastar mais. Gastamos mais quando somos forçados a isso. O nosso entusiasmo é que a obra se possa fazer dentro daquilo que esteja orçamentado.

Depois, só para terminar o período de esclarecimento à minha colega Margarida, dizer que nós, por norma, não inauguramos obras na Gafanha da Nazaré. É um defeito nosso. Se calhar devíamos publicitar mais, devíamos falar mais, devíamos inaugurar, devíamos descerrar placas, não o fazemos e, portanto, as obras estão concluídas, damos conta disso, estão ao serviço das populações e, portanto, é assim que devem estar. As inaugurações, a nós, importam muito pouco.

Concretamente em relação ao ano de 2024. Finalmente, e honra seja feita a este Executivo Municipal que, ao fim de 3 anos de contratos interadministrativos, chegámos a bom porto e conseguimos entendimento. A Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré tinha uma série de prerrogativas que vinha lutando para que elas acontecessem nos últimos dois contratos interadministrativos assinados, e, finalmente, este ano, honra seja feita à Câmara Municipal que entendeu as nossas razões e que acolheu as nossas pretensões. E ao acolher as obras que nós propusemos, e propusemo-las até 20 de dezembro, conforme era estabelecido, são obras que têm a possibilidade de ser feitas, na esmagadora maioria, pelos funcionários da Junta de Freguesia. Também estamos a investir em funcionários, estamos a investir em maquinaria, estamos a investir em condições para poder fazer mais e melhor, tal e qual como eu acho que é o objetivo de toda a gente. E também queremos fazer isto no equilíbrio orçamental. E da forma como temos estas obras escalonadas, este ano, vai-nos permitir esse tranquilo equilíbrio orçamental, porque, ao contrário daquilo que o UPF, na Gafanha, defende

- e que aqui defende precisamente o oposto e eu tive o cuidado de ouvir o meu colega João Braga, e muito bem, e agradeço-lhe essa referência - presunção e caldos de galinha, cada um tomas as que quer. E nós devemos ser cautelosos. Ele fez, aqui, a apologia da defesa da Câmara com o saldo orçamental, e essa é a posição correta de quem tem que gerir em tempos de incerteza. Agora nós na Gafanha da Nazaré, pelo “Unir Para Fazer” somos acusados de falta de arrojo porque não nos atrevemos a propor mais, nem nos atrevemos a exigir mais. Aqui o contrário, é a linha que se deve seguir que, na prática, é aquela que a gente tem na Gafanha da Nazaré e que nos serve perfeitamente bem e acho que deve ser a aposta correta. As nossas obras, como disse, foram todas propostas, foram todas aceites. E também foi aceite uma outra coisa que para nós é fundamental para acabar, aqui, com algumas disparidades que nós entendíamos que não faziam sentido, que é o facto de, a partir deste ano, a Freguesia da Gafanha da Nazaré ter nas obras que propôs e que vai executar uma comparticipação da Câmara de 85% nelas todas. No último contrato interadministrativo tivemos algumas delas. Tivemos pelo menos uma, que me lembro, que mereceu 50% de apoio da Câmara e os outros 50% eram da Junta de Freguesia. Não faz sentido, não fazia sentido esta questão. E ainda bem que a Câmara foi sensível à nossa questão e aceitou atribuir a todas as obras uma comparticipação de 85% e não como vinha de trás. Estamos a trabalhar, esta condição de aprovação deste contrato interadministrativo permite-nos trabalhar, desde o início do ano, e estar a contabilizar obras para estes processos desde o início do ano, coisa que antigamente não nos era permitido, até porque as nossas obras eram bem específicas, bem orientadas, e não havia aqui questões que nos levantassem alguma dúvida naquilo que era a sua execução.

Permitam-me só mais uma ou duas notas para poder terminar esta minha intervenção.

Dar-vos nota de que estou satisfeito, a Junta de Freguesia está satisfeita, estamos muito satisfeitos porque o tempo útil de tempo para trabalho foi conseguido aumentar pela negociação mais célere daquilo que foi o contrato interadministrativo. Era uma ambição antiga que todos tínhamos e que desta vez se veio a concretizar. Espero que para o ano possa ser ainda mais frutuosa.

E dizer-vos o seguinte. Estivemos todos, o Senhor Presidente da Câmara, o João Braga, os membros do PSD, estiveram todos no último Congresso da ANAFRE. E todos ouvimos aquilo que tem sido propalado e tem sido citado veementemente por toda a gente, nomeadamente pela Ministra da Coesão, pelo Presidente da ANAFRE e por um conjunto grande de colegas presidentes de Junta das mais diversas áreas. De facto, acho eu, que é por aí que devemos ir e é por aí que devemos pugnar. A delegação de competências é, de facto, aquilo que tem que ser o caminho a trilhar para futuro e para podermos, de facto, dotar as freguesias de melhor condição quer material, quer humana, quer financeira. E esta história dos contratos interadministrativos, que é importante, deve ter uma linha de diminuição e de compromisso cada vez menor, em detrimento daquilo que é a delegação de competências passadas para as Juntas de Freguesia. A ANAFRE Diz que nós devemos reivindicar mais. A ANAFRE diz que nós temos que ter mais poder reivindicativo com as câmaras. A ANAFRE diz que nós devemos fazer finca-pé para poder ter mais competências por aquilo que a lei nos confere. A Ministra da Coesão, Ana Abrunhosa, encheu a boca no Congresso da ANAFRE com esta circunstância e apelou a que as Juntas de Freguesia fossem, de facto, contempladas com mais competências na delegação de competências e na transferência de competências.

Meus caros amigos, este é o caminho. Os contratos interadministrativos são importantes, mas muito mais importante do que os contratos interadministrativos, que temos condição para poder assinar em breve, acho eu que é uma verdadeira transferência de competências feita para as Juntas de Freguesia para que elas possam ter mais autonomia, mais condição, mais capacidade para poder trabalhar. Muito obrigado.»

Augusto Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação / Grupo Municipal do PSD: (02:45:22”)

«Boa noite, novamente. As minhas intervenções são todas escritas, hoje, pelos vistos, também. Três notas de preâmbulo.

Primeira, quando eu comentei, no ponto anterior, a questão, e já fiz questão de dizer ao Executivo da Câmara, quando eu falei nas redes sociais pessoais eram as minhas, não eram dos membros do Executivo. Fique bem esclarecido.

Segunda questão, respondendo ao Pinto Reis, percebeste tudo ao contrário. Ou seja, calma, foi uma questão de perceção, não é uma questão. Quando eu falei na equivalência dos 600 mil euros, se tu dividires o saldo de tesouraria da Junta não comprometido pelo valor do orçamento, dá uma percentagem. Multiplicas essa percentagem pelo valor do orçamento da

Câmara e não chega a 600 mil euros. Era isso que eu queria dizer, está bem? Tu, como gestor percebes. Não sei se toda a gente percebe, mas pronto.

Relativamente à questão, à terceira nota, o PRR. Quando se falou aqui na questão do PRR, também há avisos que adiantam as verbas. Pronto, é só para tentar esclarecer. Também não sei se é esse que vocês concorreram, mas há avisos no PRR que também adiantam as verbas às Câmaras Municipais para a sua execução.

Essas três notas de preâmbulo antes de falar precisamente no ponto.

Relativamente aos contratos. Correram razoavelmente bem, sem qualquer questão adicional que se possa referir. A comunicação com a Câmara foi boa. Relativamente às obras, também. As reivindicações anuais são sempre as mesmas na questão deixarmos sempre pouco dinheiro, mas quem dá acha sempre que está a dar muito, quem pede acha sempre que é pouco. A minha Assembleia de Freguesia também achou que eu revindiquei pouco. Eu tentei também explicar que não é só da nossa parte está a vontade, é também de quem cede. Percebo o aumento que foi de alguma forma importante para as Juntas, principalmente para as mais pequenas. É claro que entendíamos que a Câmara deveria ir mais além e dessa forma também a protegia de não passar com um saldo tão elevado no ano 2024.

Mas pronto, estamos cá para ajudar. Se o executivo precisar de dispensar verbas para nós, estamos cá para receber e para executar a obra, caro Executivo. Isto em tom de brincadeira, mas a negociação correu bem, sem apontamentos adicionais. Tínhamos outras verbas e outras obras que pretendíamos focar na nossa vontade de execução. Ficámos, de certa forma, ali num dos investimentos que entendemos, que eu entendi, que seria prioritário e a Câmara também assim entendeu, que seria dotar o Salão Cultural Manuel das Neves, recentemente inaugurado com os equipamentos interiores para a sua plena utilização. A Câmara também entendeu assim e foi dessa forma. Poderíamos achar aí outra forma de fazer o preenchimento do recheio do salão, mas chegámos a acordo e foi através do contrato que vamos fazer isso. Portanto, nada a apontar.

As indicações de possibilidade de transferência de verbas interrubicadas ou criação de novas rubricas, caso não se gaste em determinada obra, ficaram asseguradas. Também foi uma das minhas preocupações. Eu acho que é importante, se estamos a estimar um valor demasiado elevado para determinada obra e não se esgotar, podemos passar para outra obra que está deficitária ou até criar uma nova obra sem haver a necessidade de vir às Assembleias, quer Municipal, quer de Freguesia, para autorizar isso, que eu acho que legalmente deveria ser assim, está contemplado no contrato, portanto, se vocês aprovarem, é assim que vai ser. Obrigado.»

Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo / Grupo Municipal do PSD: (02:50:16")

«Boa noite, mais uma vez. Antes de começar diretamente no ponto, não resisto a agradecer ao Pedro Cristo. A agradecer. Acho que não me convidaste para um arroz de Galo, pois não? Não. Mas felizmente a intenção é mesmo essa, ter muitos galos com muita força, mas também temos muitos independentes. Se fores ver a minha lista que concorreu à Junta, em 2013, tinha 70% de independentes. E depois, também me dá um certo gozo tomar posse amanhã num partido que, de facto, vai a eleições. O mesmo não se pode dizer do Movimento. Certo? Mas agradeço as palavras na mesma, Cristo, até porque a nossa relação é de respeito mútuo e não é minha intenção ofender, de todo.

Ora bem, quanto ao contrato interadministrativo acho que todos nós, Presidentes das Juntas, estamos satisfeitos que seja feito mais cedo. Aliás, já tinha ficado minimamente acordado no ano passado que iríamos antes do final do ano trabalhar nesse sentido de apresentar. Aliás, tínhamos obrigação de, até 20 de dezembro, apresentar as obras que pretendíamos para 2024.

A Câmara sabe que todos os euros são investidos nas Juntas tem um peso maior porque as Juntas têm estas capacidades de multiplicar os euros. Não ponham lá dinheiro a render que não somos nenhuma banca. Mas tem esta capacidade. É-nos útil esse dinheiro que realizamos em contratos interadministrativos. Não há qualquer tipo de obrigação em realizá-lo. O Pinto Reis já o disse, também. Eu também já disse aqui que não havia essa obrigação, e podia não o fazer.

A discussão deste ano foi uma reunião muito profícua, correu bem e as obras que propusemos o Executivo gostou. Os valores que trouxemos, acho que até o senhor Vereador aumentou um pouco mais, salvo erro, para as obras que trazíamos. Vamos assinar mais cedo.

Nós, eu, pelo menos falo por mim, as discussões que tínhamos ao início, de relatórios, destas coisas todas abdicámos completamente. Se houve alguém que já abdicou alguma coisa aqui foram as Juntas. Vimos que não valia a pena estar sempre a bater na mesma tecla. As coisas

têm funcionado e acredito que, se calhar, este ano poderemos ter uma assinatura de contrato diferente do ano passado.

Gostava muito que fosse mais pública. A do ano passado, não foi assim. Uma assinatura de contrato que nos enchesse as medidas. Foi muito só, foi com pouca gente. É isso, vamos ao trabalho.

O meu colega, Carlos António, já deu a dica das transferências. A Câmara Municipal de Ílhavo queria rever o auto de transferências. Nós, eu, a Gafanha Nazaré e a Gafanha da Encarnação não aceitámos. Estamos a reivindicar outro tipo de auto e depois do Congresso da ANAFRE mais confortáveis NOS sentimos em renegociar o auto, em defender as nossas razões. A Câmara defende as dela. Vamos ver se ainda conseguimos, até junho, pôr preto no branco o novo auto, trabalhar isto caso a caso, a linha a linha e chegar a bom porto. É só.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:54':49")

«Muito obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (02:54':54")

«Daria a palavra ao Senhor Vereador. Muito obrigado.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (02:54':59")

«De uma forma breve, referir, uma vez que a explicação inicial já foi um pouco, penso, completa, incluindo os valores, as verbas, pronto, aqui só uma outra nota sobre esta a questão dos 85%.

Eu também queria esclarecer, apesar de ter sido referido pelo Senhor Presidente da Junta da Gafanha da Nazaré, relativo aos contratos de 2023, que nem todas as obras, ou todas as tarefas a executar, tinham uma comparticipação da Câmara de 85%, e que este ano já foi garantido. De facto, temos que verificar é o seguinte. Os senhores Deputados têm esse documento convosco, o da execução dos contratos de 2023, e poderão verificar que a preocupação do Executivo Municipal foi sempre, para o somatório dos projetos, que a distribuição fosse, então, 85%, por parte do Município, e 15% por parte da Junta de Freguesia até por esta é envôlvência. Portanto, quando podemos dizer que, de facto, houve obras em que a Câmara investiu apenas 50%, como é o caso da manutenção e extensão da rede de águas pluviais e limpeza e manutenção de valas hidráulicas, que representavam um investimento total de 7 mil euros, também podemos referir que, por exemplo, na renovação do telhado do edifício da Junta de Freguesia, uma obra estimada em 35 mil euros a Câmara participou em 94%, portanto, 32.940 euros, cabendo 6% à Junta de Freguesia.

Portanto, aquilo que importa referir é que num valor de 100.500 euros a Junta teve um investimento de 15%, portanto 15.060 euros e o Município teve um investimento de 85.440 euros, portanto, 85%. De facto, o Executivo da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré solicitou que, para este ano de 2024, todas as obras ficassem 85% e ficou, pronto. De facto, acedemos a essa pretensão que não no abria qualquer problema porque, de facto, o que nos interessa é mesmo o valor global.

Relativamente às outras questões, penso que também não há nada mais a esclarecer. Portanto, obrigado, Senhor Presidente.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (02:57':57")

«Muito obrigado. Vou abrir uma segunda ronda de inscrições. Do Chega? Inscreve-se. Partido Socialista? Do "Unir"? José Pinto Reis e João Braga. E do PSD? Carlos António e a Margarida. Muito bem, vamos começar pelo José Pinto Reis.»

José Pinto Reis, Grupo Municipal do Movimento "Unir Para Fazer": (02:58':39")

«Mais uma vez, boa noite.

Dois esclarecimentos e uma pequena intervenção.

O primeiro esclarecimento tem a ver com a minha função de comentador na rádio e o meu papel de Deputado Municipal. São coisas diferentes. Eu tento que nem a Assembleia Municipal seja continuação do programa na rádio, nem o contrário. Hoje já foi citada duas intervenções minhas no programa da rádio. Sou responsável por aquilo que digo, mas penso que são plataformas diferentes e que poderemos deixá-las separadas. Mas não volto atrás com nenhuma daqueles pensamentos que referi na rádio e que hoje foram aqui recordados.

Queria também dizer, e respondendo ao Luís e algumas bocas que têm vindo a acontecer nos últimos anos sobre a legitimidade dos eleitos do UPF, nós temos um mandato de quatro anos. E nós temos uma coisa que vocês não precisam de ter. Nós tivemos milhares de assinaturas que validaram a nossa candidatura. Se chegarmos a 2025 e não conseguirmos ter essas assinaturas, então o nosso mandato acaba. O nosso período de exercício do cargo, o nosso movimento termina. Vocês têm as vossas organizações, nós não nos imiscuímos nelas, mas nós temos a legitimidade da assinatura da população. Concorde-se, não se concorde, é esta a legislação com que nos regemos. E é só isso que acho que deve ficar de uma vez por toda assente e consciente. Nós para concorrermos a uma Assembleia Municipal necessitamos de 3% da nossa população que assine. Vocês não precisam. Vocês têm um partido e pode haver partidos que nem aqui têm pessoas e apresentam listas, mas nós temos que apresentar 3% da população, dos eleitores do município. Para as Juntas de Freguesia também, para cada uma das Juntas de Freguesia. Para a Assembleia Municipal também e ainda com mais um cúmulo. É que para sermos do mesmo movimento 1/3 das pessoas que assinarem para a Câmara também tem que assinar para a Junta e também tem que assinar a Assembleia Municipal. Por isso, não nos deem lições de legitimidade democrática no exercício das nossas funções de autarcas e da nossa organização do Movimento. Peço desculpa pelo tempo que tomei.

E voltando àquilo que é o Tema. É salutar chegarmos a um ponto em que ambas as partes que negociaram os contratos estão satisfeitas, logicamente com aspirações diferentes, com objetivos diferentes, com um fim comum, mas com aspirações que certamente seriam de mais em prol das suas populações. Não podemos deixar passar aquilo que eu acho, penso não estar a cometer nenhum erro, que estas são as maiores verbas afetas aos contratos interadministrativos que há memória no Município de Ílhavo. É pouco? Teremos todo o gosto em fazer crescer o número, de forma sustentável, de forma coerente e de forma a que não hipotequemos nem o futuro das Juntas, nem o futuro da Câmara Municipal.

Confiamos no trabalho dos executivos e das assembleias municipais, que são a eles que os presidentes de junta devem, em primeira análise, a sua órgão de fiscalização são as assembleias de freguesia. Não é nossa função estarmos aqui a fiscalizar o vosso trabalho. É sim de fiscalizar aquilo que são a utilização dos recursos da Câmara Municipal e é isso que pretendemos fazer. Por isso, parabéns a todos os envolvidos. Penso que são bons acordos para os municípios e para os fregueses. Muito obrigado.»

João Braga, Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador / Grupo Municipal do Movimento “Unir Para Fazer”: (03:03:31”)

«Acho que fico contente por ser um dos primeiros Presidentes que estão aqui presentes, que vai receber, pela primeira vez, mais valor desta Câmara Municipal Pronto, a título de curiosidade, fico contente.

Bem, eu gostava de deixar aqui só uma mensagem ou duas ou mais.

Em primeiro lugar, enaltecer, novamente, o diálogo que tivemos, eu e os meus colegas, com o vereador João Semedo e o Presidente nestas negociações. É certo que foi sempre atribulado, que queremos sempre mais... é uma realidade. Acho que pedir também não custa e estamos cá para isso.

Eu gostava também de valorizar a vontade que tiveram na atribuição e, acima de tudo, no reconhecimento do trabalho a que nós vamos tendo na nossa Comunidade e na necessidade de termos mais e, assim, sermos a congratulados com estes mais 15%, num processo que eu, já no ano anterior, me bati que deveria ser mais rápido. Felizmente, hoje estamos em fevereiro e estamos aqui, espero eu, a aprovarmos os contratos interadministrativos.

E gostava de deixar aqui uma palavra, que o meu colega também trouxe da ANAFRE, nós somos os primeiros a exigir a esta Câmara Municipal na parte das competências e da transferência de competências. É óbvio que exigimos, é óbvio que muitas delas não nos são dadas. Sei que os meus colegas não aceitaram, eu aceitei. E aceitei porquê? Porque 10% a mais nesta transferência de competências, embora eu não ache muito, são 10% e esses 10% são muito importantes para a Junta de Freguesia de São Salvador, porque os mesmos 10%, se calhar, estamos a falar de 10.000 euros, poderá reverter-se em mais um funcionário, para a aplicação das verbas dos contratos interadministrativos ou na aquisição de maquinaria, o que quer que seja, é dado, são 10%, é valor a mais. Eu não vejo razões para não aceitarmos esta diferença. É óbvio que exigimos, é verdade. E estamos cá para exigir mais. E conforme a gente fala na ANAFRE, devemos exigir, estamos cá para exigir. Este valor, estes 10% estamos novamente a atrasar a parte das competências, da transferência de competências, mas estes 10%, à Junta de Freguesia de São Salvador, fazem falta. Fica aqui a dica, são 10%.

Relativamente aos projetos que nós temos para 2024, voltam a ser objetivos, volta a ser um compromisso com a nossa comunidade. Voltamos a ser arrojados, desafiantes e estamos cá, obviamente, para trabalhar, para executar, e, acima de tudo para cumprir.

Falámos aqui em relatórios, os relatórios nunca deixaram de ser importantes, nem eu, nem os meus colegas nunca falámos em não fazer. Os relatórios são importantes. É uma questão de transparência e é uma questão também de nós sabermos o andamento dos trabalhos e em que parte do processo é que estamos. E isso, a meu ver e da Junta de Freguesia de São Salvador acaba por ser extremamente importante. Outro pormenor nestes investimentos que fazemos, que muitas das vezes, nas nossas Assembleias somos sempre catalogados como desarrojados, o que é certo é que fizemos 12 obras no ano anterior. Este ano voltámos a fazer e estaremos cá para executar novamente as obras que nos propomos. Poderá correr bem? Poderá correr mal? O futuro o dirá. No final a que nós vemos, também eu, como os meus colegas ou as Juntas podemos falhar.

Gostava de deixar aqui a mensagem que 96% do investimento que nós temos proposto para este ano é para a nossa comunidade, é, na íntegra, investido na nossa população, investimentos de capitais na rua e tudo, por aí adiante. Só 4% deste valor acaba por ter interferência nas estruturas que também temos de manutenção conjunta da Freguesia, mas não temos grandes investimentos propriamente em estruturas de Junta, de sede e de armazéns.

Pronto, é de louvar que este valor é completamente atribuído à comunidade. Leva-nos a acreditar que vamos cumprir este contrato, leva-nos a acreditar que vamos investir os 15% que nos pedem, mas leva-nos a acreditar que, acima de tudo, ainda vamos investir mais, como investimos este ano. E como eu disse há bocado, os saldos de gerência servem para isso e servem para colmatar essas partes.

Para terminar e não me querendo também estar aqui a alongar muito mais, gostava só de deixar aqui um apelo a todos os Deputados desta Assembleia para que votem favoravelmente esta parte que é extremamente importante para as Juntas de Freguesia. Eu sei que este voto aqui é importante porque na minha Junta de Freguesia tenho partidos que votaram contra. Estamos a falar de dinheiro que nos é precioso e temos um partido que vota contra. Ora bem, eu da pouca experiência que tenho e do que fui vendo para trás e do que fui acompanhando o anterior Presidente, era filosofia do partido que comandava votar a favor de quem precisa do dinheiro para construir. E é isto que eu vos apelo aqui a esta toda a Assembleia para votarem favoravelmente ou abstenham-se a favor de dinheiro que as Juntas precisam para trabalhar. Muito obrigado.»

Carlos António Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré / Grupo Municipal do PSD: (03:09:55”)

«Duas notas muito breves sobre esta matéria.

Em face desta boa notícia para a agenda de São Salvador que o meu colega João Braga trouxe, agora, ao ter aceitado a transferência, a propositura para a alteração do auto de transferência de competências, cabe-me, aqui, um esclarecimento.

A Freguesia da Gafanha da Nazaré não aceitou a assinatura do auto de transferência de competências porque, a seu tempo, foi a primeira a dar o pontapé de saída para que se pudesse fazer uma discussão séria e diferente, e não quer dizer que as outras discussões todas não sejam sérias, mas uma discussão séria no sentido de, na prática, tratar de uma forma diferente aquilo que é a transferência de competências.

Senhor Presidente, eu, às vezes, tenho que ter algum cuidado naquilo que digo, porque não quero ser mal interpretado e o seu sorriso diz isso mesmo e concorda comigo. Nós apresentámos uma proposta muito concreta à Câmara Municipal, devidamente feita com fórmulas de cálculo segundo os números que existem a nível nacional, para podermos apresentar as fórmulas que apresentámos. Entendíamos que não propúnhamos nada à Câmara que fosse algo de transcendente e que nós não pudéssemos fazer e que já não tivéssemos feito no passado. E a resposta da Câmara foi zero a esta nossa proposta, mantendo aquilo que tinha sido abordado inicialmente de retirar ou de reverter, talvez fique melhor assim, reverter para a Câmara quatro competências, das seis que temos no auto de 2019, ficando as Juntas de Freguesia e, no caso concreto da Gafanha da Nazaré, apenas cingida à limpeza de ruas e de bermas e coisa que o valha. Porque o mercado, que está integrado na segunda competência com que ficaria, só a Gafanha da Nazaré e São Salvador é que os têm e, portanto, tem um tratamento específico para esta matéria. Portanto, na prática, com a reversão de competências, se ela tivesse acontecida, para termos mais 10% do valor cingir-nos-ia apenas a uma condição que era a de manutenção e de limpeza de bermas e caminhos. Isto na delegação de competências. Nós queremos muito dinheiro, precisamos

muito de dinheiro, mas não queremos dinheiro por querer dinheiro. Iria ser difícil para nós explicar à população como é que recebemos mais para fazer menos. E provavelmente iria ser difícil à Câmara também explicar aos seus munícipes como é que consegue pagar mais para que as Juntas façam menos. A proposta que nós apresentámos à Câmara apresentava soluções que essas, sim, justificavam um aumento de verbas e justificavam que a gente pudesse acertar as circunstâncias. A Câmara teve um entendimento diferente. Nós temos este entendimento. Temos, como disse o meu colega Luís, temos muita esperança que até junho, e a esperança é sempre a última a morrer, que até junho a gente possa chegar a bom porto, que se olhe para aquilo que foi o trabalho conjunto, primeiro das quatro Juntas, e que foi apresentado à Câmara e que depois resultou na proposta individual que fizemos, quando cada uma per si começou e teve que fazer esse trabalho e, portanto, esperamos muito que, até junho, se possa chegar a bom porto porque o caminho tem que ser, inevitavelmente, a transferência de competências e não os contratos interadministrativos. Obrigado.»

Augusto Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação / Grupo Municipal do PSD: (03:14:06”)

«Vinha aqui só falar numa questão, terei que falar em duas.

Esqueci-me de elogiar, porque quando temos que elogiar temos que elogiar. Quando temos que criticar temos que criticar.

A antecipação da negociação dos contratos, na minha anterior intervenção, não o referi. Eu acho que é bastante importante para, como disse o Braga e também o Carlos, nós anteciparmos os trabalhos ao longo do ano e não depois andamos a correr atrás do prejuízo. É de grande importância a antecipação. Dou os parabéns à Câmara também pela iniciativa de anteciparmos, cada vez mais, esta negociação.

Vou dar aqui uma nota aos meus dois colegas anteriores que falaram sobre o tema. Não se sintam melindrados por isto que eu vou dizer. Mas eu não vou tecer qualquer comentário no âmbito da transferência de competências, porque entendo que não é o dia, nem o ponto, nem a hora para estar a falar sobre o tema. Eu também não aceitei. Expressei os meus motivos e enquanto não tiver uma resposta definitiva da Câmara Municipal sobre o tema, penso que ainda estamos a meio do jogo. Boa noite.»

Margarida Alves, Grupo Municipal do PSD: (03:15:43”)

«Boa noite, novamente.

Caro Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré quero agradecer os esclarecimentos prestados, estou esclarecida relativamente à execução. Isto não é parecer sérios, nós temos que ser mesmo sérios. Entendi, de facto, o que aconteceu.

Também quero manifestar a minha satisfação por verificar que já existe alguma paridade entre as Freguesias de termos também os 85% para as outras Freguesias, o que não acontecia e a Gafanha da Nazaré era uma das prejudicadas, nesse aspeto.

Relativamente à transferência de competências, que já foi falado, quero manifestar o meu acordo completo com o que foi exposto pelo Presidente da Junta da Gafanha da Nazaré, porque também já é tempo de pormos as coisas, os assuntos em cima da mesa e falar sobre eles. E não é deixar de os falar... “ai não é oportuno”, “não é agora”, “não sei quê”, “é pá, não vale a pena”. Nós temos que começar a falar das coisas conforme é urgente, porque as Juntas de Freguesia está mais que visto... ok, antecipámos os contratos em três meses. Então, mas a delegação de competências não é mais importante falar e tratar e resolver o problema que fica resolvido muito mais cedo, muito mais rápido? Pronto, não devemos ter medo das palavras, nem do debate.

Gostei de ouvir todas as intervenções dos Senhores Presidentes de Junta. Já há algum tempo que acho que este ponto é mesmo deles, para que nós tenhamos noção do que passa.

Pinto Reis a legitimidade existe, portanto, não está em causa a legitimidade do Movimento. Era o que faltava. Sou uma democrata, não é? Aquilo que nós falamos na rádio, eu também já fui alvo, nomeadamente do senhor Presidente da Câmara, porque eu disse, tive uma frase na rádio que, depois, também não foi bem interpretada. Pronto, isto é normal, faz parte da democracia. E somos democratas, todos, disso eu não tenho dúvidas, que aqui estão presentes.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a título pessoal, quero manifestar a minha preocupação e o meu lamento porque o que hoje aconteceu a Navalny, um democrata, um homem que lutou pela liberdade, um democrata, um homem de coragem, mas há uma coisa que me satisfaz ver nas redes sociais, que as mulheres da sua vida não vão desistir e espero que a justiça um dia impere. Muito obrigado.»

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:18':24'')

«Obrigado, Margarida. Senhor Presidente, por favor.»

Da Câmara Municipal

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:18':30'')

«Obrigado, Senhor Presidente. Dou a palavra ao senhor Vereador.»

Vice-Presidente do Executivo, João Semedo: (03:18':36'')

«Para complementar, então, o que já foi explicado anteriormente. Eu peço desculpa ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, mas esqueci-me do que tinha referido quanto à cerimónia para a assinatura destes contratos. Pois não vai ficar aqui prometido que possa haver uma cerimónia diferente, portanto, isso ainda está em apreciação. Aquilo que nós queremos e ambicionamos é assinar esses contratos o mais breve possível, que é para que essas verbas vos sejam transferidas. Agora, quanto a cerimónias, não vamos fazer qualquer promessa que elas possam vir a realizar nos moldes que gostariam.

Mas aquilo que nos tem hoje mesmo que nos deixar satisfeitos, e já foi frisado por vários Deputados, é mesmo o facto de termos conseguido antecipar, face aos anos anteriores, a aprovação destes contratos. Vamos ver se vamos conseguir, ou não, mas, pelo menos, trazê-los à discussão. Portanto, isto tem que nos deixar mesmo satisfeitos. Foi algo a que nos tínhamos proposto e conseguimos fazê-lo, com empenho de todos. E quando digo empenho de todos, é das várias autarquias ou de todas as autarquias. E isto foi também uma mais-valia que os relatórios também nos trouxeram, uma vez que os próprios relatórios já preveem nas suas cláusulas que, também aquando da entrega do terceiro relatório, sejam apresentadas as propostas para o ano seguinte. Portanto, ficamos muito gratos termos chegado a este dia. Mas dando continuidade também àquilo que estava a dizer relativamente à eventual aprovação, ou não, deixa-nos também um pouco apreensivos.

Foram também referidos, neste ponto, intervenções em Assembleias de Freguesia por alguns membros dessas mesmas Assembleias e, a nós, deixa-nos muito preocupado numa fase em que estamos a discutir estes contratos que tenhamos votações diferentes de Junta para Junta e mesmo de Assembleia de Freguesia para a própria reunião de Câmara. Temos aqui um cenário que nos deixa, de facto, a pensar e a refletir de que forma é que poderemos pensar estes contratos para o próximo ano ou até mesmo se vão ser aprovados, ou não, porque vemos posições em que sempre foram aceites, e até os mesmos grupos os propunham, e hoje temos posições completamente contraditórias. Mas estaremos cá todos para perceber qual é o posicionamento dos partidos nestes contratos e qual é a forma de garantir o financiamento às Juntas de Freguesia. Porque uma coisa estamos certos, estes contratos têm um impacto muito positivo nos orçamentos das várias Freguesias e, sobretudo, no seu dia a dia. E falamos por conhecimento próprio, uma vez que tanto eu, como o Senhor Presidente, já estivemos envolvidos também na gestão de uma Junta de Freguesia e sabemos, de facto, aquilo que é possível fazer com a incorporação desta verba nos orçamentos.

Relativamente aos valores, é evidente que ambicionamos sempre mais e o próprio Município também, naquilo que são os seus financiamentos, pretende sempre mais. É para isso que trabalhamos todos os dias, para conseguirmos garantir mais financiamentos. De facto, hoje, vemos, sobretudo na discussão deste ano, um posicionamento diferente dos executivos da Junta de Freguesia e gostámos muito daquilo que foi discutido em sede de reunião para a discussão destes contratos, em que verificámos que os Executivos das Juntas de Freguesia estão empenhadíssimos em reforçar as suas equipas. Portanto, está a mudar a forma de ver a ação das Juntas de Freguesia e na sua capacidade de resposta.

Cada vez mais faz sentido que se possa, gradualmente e à medida que for financeiramente possível e que não comprometa outros investimentos, continuar a investir nas Juntas de Freguesia.

Eu não posso também deixar de referir o que referi na intervenção anterior, que é a questão dos 85%. Portanto, a Senhora Deputada Margarida Alves voltou a falar nesta questão e eu penso que fui claro, mas vamos referir uma vez mais. Não nos interessa projeto a projeto. Aquilo que é importante é o global do apoio e quando os projetos são fechados e, portanto, os investimentos são fechados, vamos fazer a obra A, B, C ou D e temos um valor total, a forma como distribuimos acho que não devemos estar a discuti-la, porque é uma questão de princípio que é acordada. Refiro que, em 2023, até essa alocação de verbas foi mesmo fechada pelo Senhor Presidente. No caso da Gafanha da Nazaré, foi o Senhor Presidente, por telefone, que a fechou dois ou três dias antes de ir para aprovação, ou mesmo na véspera,

já não me recordo, de ir para aprovação que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré. Portanto, é importante esclarecermos bem, porque não há aqui disparidade, não é isso que se pretende, nem que as Juntas tenham aqui uma forma de poder exercer as suas tarefas, que estão contratualizadas, de uma forma diferente. Portanto, as condições devem ser iguais para todas e, inclusivamente, quem tiver menos condições deve ser mais ajudado, porque o objetivo é que estejam todas as Juntas fortes e com boa capacidade de execução. Portanto, nivelar sempre por cima.

Quanto à transferência de competências, de facto, tenho que concordar que este não era um ponto para aqui falarmos, mas tenho que referir duas coisas que não posso deixar de referir, porque há coisas que têm que ser bem esclarecidas. De facto, houve propostas que nos foram apresentadas, elas jamais foram ignoradas e foram discutidas. Aquilo que nós continuamos a referir e que já informámos é que, para podermos fazer uma transferência de competências conforme deve ser elaborada, tem que haver um histórico. Portanto, nós, enquanto Município não podemos é transferir determinada tarefa quando não temos um histórico de custo sobre essa tarefa e essa estrutura de custos não existe. É nisso que estamos a trabalhar para conseguirmos saber quanto nos custa cada tarefa, porque só após a esse conhecimento é que podemos saber se, de facto, se revela uma mais-valia transferi-la para a Junta de Freguesia. É para isso que servem as transferências de competências, portanto, é garantir uma melhor eficiência, ao erário público, executar essa tarefa por menor custo.

Também há a questão que falei há pouco, dos recursos também serem menores. Hoje, de facto, as Juntas de Freguesia estão a trabalhar para aumentar os seus recursos, seja mão de obra ou equipamentos, para poderem executar as várias tarefas de outra forma. Portanto, é nisto que estamos a trabalhar. De facto, houve uma proposta de 10%, mas será discutida em breve para podermos chegar a bom porto, sendo certo também que é sempre um contrato que tem duas partes e, neste caso, uma das partes tem quatro partes. Aquilo que ficou vincado por nós é que a fazermos essa alteração seria sempre para as quatro Juntas e nunca de forma isolada. E será assim que iremos trabalhar.

Penso já ter respondido a tudo o que foi exposto. Obrigado, Senhor Presidente.»

Presidente do Executivo, João Campolargo: (03:27:07")

«Bem, Senhor Presidente. Vou dar também aqui duas notas ou três.

Gostava de estar hoje na pele, ou gostava de ter, há uns anos, estado na pele dos presidentes de Junta e dizer que este era um contrato que também me agradava muito mais do que os anteriores, mas não tive essa hipótese de o fazer. Hoje tenho hipótese de olhar para vocês e dizer-vos que estamos a trabalhar no melhor sentido. E esse esforço tem sido feito da vossa parte, dou valor às obras que vocês têm concebido.

Dir-vos-ia o seguinte. É importante que vocês pensem, passo a passo, como é que o vão fazer, porque eu acho que não é para eu ter sido o Presidente da Junta pior deste Município, como muitas vezes o dizem, e, portanto, admito que seja verdade, ou a minha experiência não se mostre agora nos exemplos que estão aqui, mas gostaria muito que vocês olhassem para os vossos orçamentos como eu olho e tirassem as conclusões desses próprios orçamentos. Porque a vossa dimensão é muito maior do que aquilo que estamos aqui a falar. Vocês têm outras despesas, de outras grandezas, que também fazem face a elas, nomeadamente àquilo que vocês gastam no âmbito cultural, àquilo que vocês gastam no âmbito do apoio ao associativismo, àquilo que vocês gastam com despesas correntes da vossa Junta, que gastam com os recursos humanos, etc., etc. E aquilo que nos estamos a focar, hoje, são despesas quase de capital objetivo, é evidente. Se hoje tivermos esta transferência nas vossas Juntas para uma comparticipação financeira das despesas correntes do vosso pessoal, eu fico muito contente porque é aí que vocês vão tirar margem sobre isso, porque qualquer prestador de serviços vos leva mais 23% para qualquer serviço ou se for na manutenção dos vossos edifícios, temos 6%. Portanto, são custos acrescidos. Eu acho que, nesse sentido, a vossa gestão também está com um objetivo completamente diferente nos processos e, portanto, parabeno-vos por isso.

Depois queria deixar-vos também uma nota sobre aquilo que o João aqui já referiu e bem, e por isso trabalhamos muitas vezes o vosso assunto, que é o levantamento que estamos a fazer sobre aquilo que foram as nossas necessidades desde 2021, desde que chegámos a esta Câmara. E muitas das vossas reivindicações são as nossas por melhor qualidade do espaço público. Acredito que vocês também o possam vir a fazer. Acreditem é que nós já estamos um passo à frente e vamos medir isso e vamos trazer isso também a público para justificar também a mudança estratégica que estamos a fazer em muitos espaços públicos. A maior parte das reclamações que chegam a esta Câmara, e são dadas notas sempre na vossa atividade e na nossa atividade, mas tentámos ter esta transparência na informação,

custou muito. Custou. Ainda penso que, muitas das vezes, é focado o menos relevante nesta Assembleia daquilo que era a importância do papel das Juntas de Freguesia e dos dados que vos são transmitidos, mas podemos ver que a maior parte das reclamações dizem respeito ao espaço público e não é propriamente ao jardim, nem ao parque infantil, nem à iluminação pública. Ainda é à rede viária e nessa nós temos que ter uma intervenção muito grande de todos. As juntas de freguesia têm ajudado muito a Câmara naquilo que é a colocação de betuminoso frio em alguns buracos, mas é por aí que nós temos vindo a sofrer mais a pancada e teremos que encontrar soluções para isso. Se é com mais mão de obra na Junta que vamos ter essa resposta, ótimo. Se é por delegação, ou não, falaremos a seu tempo sobre isso. Hoje, aquilo que eu sinto é um conforto muito grande de termos chegado a esta acalmia, porque nunca vi esta forma de intervir no passado. Assisti a muitas intervenções, dou valor a essa intervenção e dou valor também a uma coisa, e falaram aqui dois Presidentes de Junta sobre o papel da Associação Nacional de Freguesias. Dou-vos os parabéns como conselheiros nacionais. Também fui durante quatro anos e reivindiquei muito. Acho que estamos a chegar, outra vez, ao passo de ter mais qualquer coisa. Portanto, continuem, façam esse caminho, é importante para o nosso território, uma vez que não temos ainda pessoas noutras referências do território a referenciarem-nos em outros órgãos do governo, portanto, que mantenhamo-nos por aí porque a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Associação Nacional de Freguesia, e para o ano temos os 50 anos do Poder Local, e haveremos de os festejar em Ílhavo, também dessa forma, temos razões mais que objetivas e claras para podermos festejar também, juntamente com aqueles que têm, ao longo dos anos, desempenhado o seu papel na governação deste país e no trabalho que tem sido feito por esses próprio. Para concluir, recordar sempre que estes acordos são bilaterais e são entre uma entidade que é a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.

E, senhor Armando, não gostava que ficasse sem resposta, porque também é a sua primeira presença aqui. Não fico nada contente quando o senhor diz que é um mau contrato. Poderia ter uma participação mais positiva nesta Assembleia, mas aceitamos perfeitamente aquilo que nos diz. Relativamente àquilo que é os carros elétricos, não percebi muito bem a colocação desse assunto neste ponto. Gostei muito de ouvir a sua valorização àquilo que são os relatórios. Foi uma exigência da nossa parte, custou a todos chegarmos a este ponto. Hoje, chega aqui para um momento feliz de todos nós e Senhor Presidente, vamos à votação. Muito obrigado.»

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:32:48")

«Muito bem, muito obrigado. Concluídas todas as intervenções, coloco, então, à votação o ponto 4 da ordem do dia.

Quem vota contra? Quem se abstém? Muito bem. Temos a abstenção do PS e do Chega. Quem vota a favor? Temos votos a favor do Grupo do 'Unir' e o Grupo do PSD. Muito bem.

O ponto 4 da ordem do dia foi aprovado por maioria, com zero votos contra, 7 abstenções do Grupo do PS e do Chega, e 18 votos a favor, desta feita do 'Unir Para Fazer' e do PSD.»

Conclusão

Ata em Minuta

Da Assembleia Municipal

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:33:55")

«Antes de encerrarmos, vamos então ler a Ata em Minuta. O nosso Primeiro Secretário vai ler a Ata em Minuta.»

1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia: (03:34:05")

[Leitura da Ata em Minuta, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da Ata]

Depois de lida a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (03:52:02")

Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos: (03:35:09")

«Dou por encerrada a sessão. Voltamos a marcar presença em abril, seja para a sessão ordinária, seja para a sessão extraordinária evocativa dos 50 anos do 25 de Abril de 74. Votos de um bom fim de semana. Votos de uma boa Páscoa. Muito obrigado a todos.»

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 00:35 do dia 17 de fevereiro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)

O Técnico Redator



(Miguel Pedro Araújo)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Fevereiro 2024, realizada a 16 de fevereiro, no Salão Nobre dos Paços do Município.

Sessão Ordinária de Fevereiro 2024 Segunda Reunião de 16FEV2024

Nome	Grupo	Falta	Presença
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
GRUPO MUNICIPAL PSD			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			X
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			X
Sara Marina Tomé Fernandes			X
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		X
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luís Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
GRUPO MUNICIPAL UPF			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			X
Mariana Silva Lopes	(substitui 365 dias)		X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
João Pedro Ribau Casqueira	suspensão 365 dias (28ABR2023)		
GRUPO MUNICIPAL PS			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Mariana Alvelos Silva	(substitui 365 dias)		X
Modesto Manuel dos Santos	suspensão 365 dias (9FEV2024)		
GRUPO MUNICIPAL CHEGA			
Sérgio Louro			

EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador		X
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
Maria de Fátima Fragoso Teles	Vereadora	X	
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador		X
SUBSTITUIÇÕES			
Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Miguel Ângelo Teixeira Andrade substitui Luís Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
Armando Lopes Loureiro substitui Sérgio Louro			X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)


Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Renúncia de Mandato: Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 28 abril 2023): João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 9 fevereiro 2024): Modesto Manuel dos Santos (PS)

Ílhavo, 16 de fevereiro de 2024

 O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal


Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

*Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.
 Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal
 Miguel Pedro Araújo*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO de 2024 (2.ª reunião - 16 de fevereiro de 2024)

Aos dezasseis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ílhavo, para a segunda reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, para apreciação e votação dos seguintes pontos:

Ponto 2. **"Demonstração do desempenho orçamental e 1.ª revisão para integração do saldo de gerência de 2023"**.

Aprovado por **Maioria**, com 8 votos a favor, 17 abstenções e nenhum voto contra.

Ponto 3. **"4.º Relatório de execução dos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2023"**. Deliberado **Tomar Conhecimento**.

Ponto 4. **"Minutas dos Contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2024"**.

Aprovado por Unanime, com 18 votos a favor, 7 abstenções e nenhum voto contra.

Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 16 de fevereiro de 2024, respeitante à segunda reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.

O Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos